

FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ
CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO

RAYANNE SILVEIRA DE ARAÚJO

MORADIA ESTUDANTIL: UM PATRIMÔNIO FEMININO

Recife
2019

FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ
CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO

Rayanne Silveira de Araújo

MORADIA ESTUDANTIL: UM PATRIMÔNIO FEMININO

Trabalho de conclusão de curso apresentado como exigência parcial para Graduação no Curso de Arquitetura e Urbanismo, sob a orientação do Prof. Dr. Pedro Henrique Cabral Valadares.

Recife

2019

Catálogo na fonte
Bibliotecário Ricardo Luiz Lopes CRB-4/2116

A663m Araújo, Rayanne Silveira de.
Moradia estudantil: um patrimônio feminino / Rayanne Silveira de Araújo. - Recife, 2019.
89 f. : il. color.

Orientador: Prof. Dr. Pedro Henrique C. Valadares.
Trabalho de conclusão de curso (Monografia – Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade Damas da Instrução Cristã, 2019.
Inclui bibliografia

1. Arquitetura. 2. Patrimônio. 3. Moradia estudantil. I. Valadares, Pedro Henrique C. II. Faculdade Damas da Instrução Cristã. III. Título

72 CDU (22. ed.) FADIC (2019-284)

FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ
CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO

Rayanne Silveira de Araújo

MORADIA ESTUDANTIL: UM PATRIMÔNIO FEMININO

Trabalho de conclusão de curso apresentado como exigência parcial para Graduação no Curso de Arquitetura e Urbanismo, sob a orientação do Prof. Dr. Pedro Henrique Cabral Valadares.

Aprovado em _____ de 2019

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Mércia Cárreia de Medeiros, FADIC
Primeira Examinadora

Profa. MSc. Maria Izabel Rego Cabral, IFPE – Campus Sertão
Segunda Examinadora

Prof. Dr. Pedro Henrique Cabral Valadares, FADIC
Orientador

Recife
2019

À todas as meninas que deixaram suas cidades e o conforto das suas casas para realizar um sonho. À todas que pude compartilhar dessa vivência e também as que não tive o prazer de conhecer, desejo sucesso. Só quem vive longe de sua família, sabe o quanto a graduação pode ser ainda mais difícil.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Deus em primeiro lugar, por ter iluminado minha caminhada até aqui, por todas as oportunidades e por ter sido meu alicerce e minha luz nas horas difíceis.

Agradeço à minha mãe, Emilia, por todo amor e apoio incondicional, por ser meu porto seguro nessa vida e por ter investido em mim para que meu sonho pudesse se realizar. Sem os seus conselhos e cuidados eu não teria chegado onde cheguei e tudo que eu conquistei e irei conquistar também é mérito seu.

Ao meu namorado, Túlio, que desde o começo da faculdade está ao meu lado, sendo minha família e meu suporte em Recife, sempre disposto a ajudar e a fazer tudo por mim. Agradeço pelo cuidado, pelo amor e por sempre me incentivar e apoiar.

Ao meu orientador, Pedro Valadares, que tanto me ajudou e acreditou nesse trabalho. Obrigada pela paciência, compreensão, palavras de apoio, por todo o tempo cedido e por todo conhecimento compartilhado.

Às minhas amigas, Ingrid e Thayná, por sempre estarem ao meu lado, mesmo distantes. Em particular agradeço a Maria Eduarda, que encarou a maior parte da faculdade ao meu lado, foi uma grande incentivadora e dividiu noites em claro nas cadeiras de projeto.

Ao meu irmão Lucas e aos meus familiares, obrigada pelo apoio e amor.

Aos amigos que fiz ao longo dessa jornada, agradeço pelo carinho, companheirismo e por terem feito meus dias mais felizes.

“O homem mora talvez menos, ou mora muito menos tempo, mas ele mora: mesmo que ele seja desempregado ou migrante. A “residência”, o lugar de trabalho, por mais breve que sejam, são quadros de vida que têm peso na produção do homem.”

(Milton Santos)

RESUMO

O presente trabalho trata da proposta de uma moradia estudantil feminina na cidade do Recife/PE, a partir da requalificação de uso de um IEP. Os dados dos últimos censos da educação superior, mostram que o número de mulheres matriculadas em graduações é superior ao número de homens, no entanto, o número de vagas ofertadas em moradias estudantis é inversamente proporcional. A proposta surge a partir do questionamento de como a necessidade de fornecer habitação adequada para as estudantes de outras regiões, que não possuem condições de custear moradia e estudos na capital, pode gerar de alguma forma retorno para a cidade. As pesquisas para este trabalho abordam fundamentação teórica para melhor entendimento do que é uma moradia estudantil, qual seu peso na formação acadêmica e individual do estudante, sobre o que falam as legislações federal, estadual e municipal acerca da assistência estudantil, buscando compreender o porquê de sua necessidade e como esse tipo de moradia foi utilizado na requalificação de imóveis tombados em cidades históricas. Para a cidade do Recife, mais precisamente no bairro histórico da Boa Vista, que ao longo das últimas décadas, tem testemunhado a diminuição da sua população residente, onde o bairro tem crescido e se transformado por um processo que nem sempre favorece a preservação da história de seu ambiente construído, pensou-se a implantação de uma casa estudantil feminina por meio da requalificação de um imóvel histórico. O projeto pode ser visto como um componente de revitalização do patrimônio arquitetônico municipal, trazendo uma nova função e significância a esse espaço. Tem como foco a integração entre as moradoras e o entorno, possibilitando a troca de experiências entre e si e com a cidade, através de um espaço seguro que integre o lazer, o estudo e o descanso para essas estudantes.

Palavras-chave: Moradia estudantil. Feminino. Patrimônio. Requalificação de imóveis.

ABSTRACT

The currently work is about the proposition of a woman's student residence in the city of Recife, from the requalification of use of an IEP. Data from the latest higher education censuses show that the number of women enrolled in graduation is higher than the number of men, however, the number of places offered in student housing is inversely proportional. This proposition arises from the questioning about how the demand to provide a proper habitation for other cities students, who couldn't afford housing and studies, might give a return to the city. The researches to this work approach a theoretical foundation to the best understanding about what is a student's house, it's importance in the academical graduation, and individual growing as well, and all the laws about the student's assistance, looking for understand the reason of its necessity and how this kind of housing was used in the requalification of the real state overturned in historical cities. To the city of Recife, precisely in the central and historical neighborhood of Boa Vista, which in the past few decades, has witnessed a decrease of it's residents population, where the district is growing and transformed by a project that is not always good for the preservation of its constructed area, it was thought for this area the establishment of a female's only students house, through the requalification of a historic property. The project is a revitalization component of the municipal architectural heritage, creating a new goal and meaning to this place. The focus is the integration between the housing and the neighborhood, making the exchange among each other and the city, through a safe space that integrates leisure, study and rest for these students.

Key Words: Student Housing. Feminine. Patrimony. Real state requalification.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01- Sobrados no Centro Histórico de Ouro Preto são utilizados como repúblicas estudantis.....	26
Figura 02-Casa do Estudante do Brasil, Residência Feminina	27
Figura 03- Pedra fundamental da CEP lançada,1931.....	29
Figura 04- Construção da Casa do Estudante de Pernambuco,1932	29
Figura 05- Inauguração da CEP, 1938.....	30
Figura 06- Casa do Estudante de Pernambuco atualmente.....	31
Figura 07- Casa do estudante universitário da UFPE	32
Figura 08 - Casa estudantil masculina da UFRPE	32
Figura 09 - Casa estudantil feminina da UFRPE.....	33
Figura 10 - Casa estudantil mista da UFRPE.....	33
Figura 11 - Rua Paraná, Ouro Preto (MG), e seu entorno.	45
Figura 12 - República Aquarius, Rua Paraná.....	45
Figura 13 - Fachada da República feminina 171 e bandeira da casa.	46
Figura 14 - Quarto individual no 4º andar e quarto triplo no 3º andar.....	46
Figura 15 - Sala de TV	47
Figura 16 - Sala de estudos.	47
Figura 17- Perspectiva da edificação da CEP em projeto de reforma.....	50
Figura 18 - Fachada da CEP.....	50
Figura 19 - Planta do pavimento térreo da CEP.....	51
Figura 20 - Fluxograma pavimento térreo	51
Figura 21 - Sanitários coletivos da CEP.....	52
Figura 22 - Boxe com bacia sanitária do tipo turca sobre apoio.....	52
Figura 23 - Boxe do chuveiro não permite a entrada de cadeirantes	53
Figura 24 - Referência de boxe acessível para sanitário coletivo	53
Figura 25 - Planta 1º pavimento da CEP.....	54
Figura 26 - Planta 2º pavimento da CEP	54
Figura 27 - Quarto duplo com área insuficiente.....	55
Figura 28 - Quarto quádruplo possui copa improvisada.....	55
Figura 29 - Quarto quádruplo possui copa improvisada.....	55
Figura 30 - Copa improvisada no corredor dos quartos	55
Figura 31 - Roupas secando no corredor da casa	56

Figura 32 - Roupas secando dentro dos quartos	56
Figura 33 - Fluxograma 1º pavimento prédios anexos	56
Figura 34 - Fluxograma prédio principal 1º e 2º pavimentos	56
Figura 35 - CEP feminina em obra	58
Figura 36 - CEP feminina em obra, fachada para a Rua Amauri Medeiros.....	58
Figura 37 - Planta baixa térreo da CEP feminina	59
Figura 38 - Planta baixa 1º pavimento da CEP feminina.....	60
Figura 39 - Fluxograma pavimento térreo CEP feminina	61
Figura 40 - Fluxograma 1º pavimento CEP feminina	61
Figura 41 - Fachada da edificação.....	62
Figura 42 - Chaminé restaurada da antiga fábrica	62
Figura 43 - Fachada restaurada presa ao prédio novo pela estrutura metálica	63
Figura 44 - Vista posterior da fachada mostrando os novos prédios.....	63
Figura 45 - Fachada restaurada com azulejos com ritmo presente nas janelas	64
Figura 46 - Fachadas dos novos prédios mantendo o ritmo das janelas	64
Figura 47 - Circulações internas com azulejo português e cor branca.....	64
Figura 48 - Planta baixa do subsolo	65
Figura 49 - Planta baixa pavimento térreo	65
Figura 50 - Planta baixa pavimento tipo 1	65
Figura 51 - Planta baixa pavimento tipo 2	65
Figura 52 - Fluxograma Doorm	66
Figura 53 - Localização do imóvel da Rua Visconde de Goiana, nº 296	69
Figura 54 - Entorno do imóvel 296 da Rua Visconde de Goiana.....	72
Figura 55 – Zoneamento do trecho do bairro da Boa Vista.....	75
Figura 56 - Fluxograma moradia estudantil feminina	77
Figura 57 - Fachada IEP 296	78
Figura 58 - Planta de Locação e coberta construções atuais do lote 296	79
Figura 59 - Construir e demolir pavimento térreo	80
Figura 60 - Construir e demolir primeiro pavimento	81
Figura 61 - Fachada da proposta em relação ao entorno	82
Figura 62 - Fachada da edificação	82

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 - Total de matrículas em cursos de Graduação.....	17
Tabela 02 - Graduandos e população brasileira segundo o sexo - 1996 a 2014 (%)	18
Tabela 03 - Graduandos e população brasileira segundo o sexo e por região - 1996 a 2014 (%).....	19
Tabela 04 - Graduandos segundo estimativa de Renda Bruta Per Capita média em faixas salariais - 2014 (%)	20
Tabela 05 - Número total de ingressos nos cursos de graduação presenciais, por organização acadêmica, todas as formas de ingresso, segundo os municípios e a dependência administrativa.....	20

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANDIFES - Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior

CEB - Casa do Estudante do Brasil

CEP - Casa do estudante de Pernambuco

CEU - Casa do Estudante de Universitário

DAE - Departamento de Assistência ao Estudante

DPPC - Diretoria de Preservação do Patrimônio Cultural

FIES - Financiamento Estudantil

FONAPRACE - Fórum Nacional de Assuntos Comunitários e Estudantis

FUNDARPE - Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IEP - Imóvel Especial de Preservação

IES - Instituições de ensino superior

IFES - Instituições Federais de ensino superior

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

LUOS - Lei de Uso e Ocupação do Solo

PAE – Programa de Assistência Estudantil

PE - Pernambuco

PL – Projeto de Lei

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PNAES - Programa Nacional de Assistência Estudantil

PNE - Plano Nacional de Educação

PROUNI - Programa Universidade Para Todos

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

REUNI - Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

RPA - Região Político Administrativa

SENCE - Secretaria Nacional de Casa de Estudantes

SESU - Secretaria de Ensino Superior

SPA - Setor de Preservação Ambiental

UFOP - Universidade Federal de Ouro Preto

UFPE - Universidade Federal de Pernambuco

UFRPE - Universidade Federal Rural de Pernambuco

UNE - União Nacional dos Estudantes

UPE - Universidade de Pernambuco

ZEPH - Zona Especial De Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	14
2. CONTEXTUALIZAÇÃO	17
3. HISTÓRICO DAS MORADIAS ESTUDANTIS	23
3.1. Moradias estudantis no Brasil	24
3.2. Moradias estudantis em Pernambuco	28
4. ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA LEGISLAÇÃO VIGENTE	34
4.1. Assistência estudantil em Pernambuco	39
4.2. Assistência estudantil em Recife	39
5. A CULTURA UNIVERSITÁRIA INSCRITA NA IDENTIDADE CULTURAL DA CIDADE	42
5.1. O caso da Universidade Federal de Ouro Preto e o patrimônio histórico	43
6. ESTUDO DE CASOS	49
6.1. Casa do Estudante de Pernambuco – CEP	49
6.1.1. Casa Feminina	58
6.2. Doorm Residência de Estudantes – Lisboa	62
6.3. Análise comparativa do estudos de casos	67
7. PROPOSTA DE PROJETO PARA MORADIA ESTUDANTIL	69
7.1. Justificativa e escolha da localização	69
7.2. Conceitos de restauro e legislação específica	72
7.3. Programa de necessidades e Fluxograma	76
7.4. Memorial Justificativo	78
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS	83
REFERÊNCIAS	85
APÊNDICE A – PLANTA DE COBERTA	
APÊNDICE B – PLANTA BAIXA TÉRREO	
APÊNDICE C – PLANTA BAIXA PRIMEIRO PAVIMENTO	
APÊNDICE D – PLANTA BAIXA SEGUNDO PAVIMENTO	
APÊNDICE E – CORTES	
APÊNDICE F – FACHADAS	

1. INTRODUÇÃO

Assim como acontece em outras cidades históricas do país, o centro do Recife acabou se tornando um reduto para universitários, que transitam diariamente por estas áreas devido à enorme gama de serviços ofertados, incluindo universidades e/ou cursos técnicos e pré-vestibulares, ou por motivos de habitação, visto que estas localidades se tornam estratégicas pelo fácil acesso às outras áreas da cidade, como também por possuir um custo de vida inferior ao encontrado em bairros considerados nobres, mas que ainda possui uma qualidade de infraestrutura que não é ofertado por bairros mais periféricos.

Segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2016), as vagas presenciais no ensino superior de Pernambuco são preenchidas em maior número por mulheres (131.136 mil do total de 231.323 mil matriculados) e o que ocorre, na maioria das vezes, com o público feminino desse grupo, é que muitas dessas estudantes excluem a possibilidade de estudar na capital por falta de recursos para custear alugueis de apartamentos ou de pensionatos particulares, ou sofrem pela ausência de assistência e garantias públicas para sua efetiva permanência na cidade, se sujeitando a viver em moradias que, por muitas vezes, sofrem por superlotação, infraestrutura precária, insalubridade e insegurança.

Com essa motivação em mente, o presente trabalho de graduação visa analisar de que forma pode ser garantida à crescente demanda de mulheres, que vêm de outras regiões para estudar na cidade do Recife, condições para uma plena permanência na universidade e conclusão dos seus estudos, e ainda contribuir para a dinâmica e para o reavivamento dos centros históricos da área em que estão inseridas.

Tem-se que por meio da alta demanda de estudantes que saem de suas cidades em busca de estudo em outras regiões, as vagas ofertadas nas casas estudantis podem não ser suficientes ou adequadas para a vivência durante a graduação. Paralelo a este fato, sabe-se que é função social da arquitetura servir de meio para determinar novos usos da cidade, resignificando os espaços e servir ao homem e as suas necessidades, fazendo uma modernização dos seus valores e significados. Portanto, esse tipo de residência, pode significar muito além de uma simples moradia, mas um lugar que proporcione lazer, sociabilidade, acolhimento e também uma maneira de conservar o patrimônio edificado, trazendo valorização para a cidade.

Desta maneira, o objetivo deste trabalho será a proposta da instalação de uma casa estudantil feminina no centro histórico da Boa Vista, em um Imóvel Especial de Preservação (IEP), visando solucionar uma parte do déficit assistencialista em moradias para este grupo de mulheres, contribuindo para a requalificação de um imóvel ocioso e para garantir a vida e a dinâmica desse local histórico. Como objetivos específicos, verificar a disponibilidade e a qualidade das vagas ofertadas nas principais moradias estudantis da cidade, analisar a historicidade deste tipo de moradia e qual a sua relevância para a vida acadêmica. Entender como estas moradias contribuíram para a requalificação do patrimônio arquitetônico de outras cidades, que assim como o Recife, possuem centros históricos atrativos para estudantes.

Com isso, o trabalho foi estruturado em 7 capítulos, a partir de uma pesquisa em livros, teses, dissertações, artigos e estudo de casos sobre a situação da assistência estudantil a nível nacional, estadual e municipal, além da história de como surgiram as primeiras casas estudantis e como isso se desenvolveu no Brasil. Falando de como estes estudantes e seu estilo de vida interferem nos centros urbanos, utilizando de experiências vivenciadas por outras cidades, para assim, propor um projeto de moradia estudantil feminina para cidade do Recife.

O primeiro capítulo traz uma contextualização sobre a educação superior brasileira, em números obtidos nos dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP) e do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), e do que se trata uma moradia estudantil, definidas por Sousa e Sousa (2009) e pela Secretaria Nacional de Casa de Estudantes (SENCE, 2011).

No segundo capítulo é tratada a história deste tipo de moradia, desde os primeiros indícios na cidade de Bolonha, na Itália, presente nos trabalhos de Barreto (2014) e Souza (2005), passando pelo surgimento no Brasil, as quais tiveram grande influência na luta política pela garantia dos direitos estudantis, assim como é tratado na obra de Machado (2003, 2012 e 2014), Costa e Oliveira (2012), Souza (2012) e Regis (2012), que garantem que o precedente criado pelas duas primeiras moradias estudantis, em ouro preto e no rio de janeiro, levou os estudantes das novas universidades que estavam sendo fundadas no país a reivindicar a implantação de moradias estudantis. Ainda neste capítulo é discutida a formação das casas estudantis no estado de Pernambuco, mais precisamente na cidade do Recife, que é o maior polo de atração para este público. Para isto foi feita uma pesquisa das três principais residências estudantis, a Casa do estudante de Pernambuco (CEP), sendo a mais

antiga delas, e as casas do estudante universitário da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE).

Em seguida, no terceiro capítulo aborda as legislações brasileiras voltadas para a assistência estudantil construída nos três âmbitos, federal, estadual e municipal, e as principais transformações ocorridas ao longo dos anos. Neste capítulo tentou-se entender como funciona as condições de acesso para que possa haver a permanência na escola e como este tipo de assistência teve o reconhecimento legal enquanto política pública de direito a partir da criação do Plano Nacional de Educação (PNE) e do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), e concretizado em Pernambuco e em Recife através dos Planos Estadual de Educação, Lei nº 15.533/2015 e do Plano Municipal de Educação, Lei nº 18.147/2015.

O quarto capítulo conta sobre a realidade da cidade de Ouro Preto, Minas Gerais, que transformou seu centro histórico em um reduto para estudantes, conciliando a assistência estudantil com a preservação do seu patrimônio histórico, fazendo com que as repúblicas ocupem os casarões ociosos.

No quinto capítulo foi realizado uma breve análise de casos exemplares com a intenção de entender a dinâmica deste tipo de residência em duas cidades distintas, Recife e Lisboa. No caso de Recife foi analisado a situação da moradia da Casa dos Estudantes de Pernambuco (CEP). Foi feita visita in loco, com levantamento fotográfico do imóvel, que permitiu entender mais sobre fluxos, dinâmicas e necessidades desse público, como também, entender qual a perspectiva dos moradores sobre a residência e sobre a região. Na casa estudantil de Lisboa foi possível analisar seu dimensionamento, suas soluções projetuais e de partido arquitetônico, para uma antiga que fábrica que transformou-se em moradia para diversos estudantes. Sendo possível, deste modo comparar ambas as realidades para captar a essência deste tipo de serviço.

Finalmente no sexto capítulo será realizada uma proposta projetual para um imóvel tombado em nível municipal, de transforma-lo em uma casa estudantil para o público feminino da cidade do Recife, a fim de proporcionar sua conservação e uma consequente melhoria na sua ambiência, resgatando-o como espaço urbano “revitalizado” para a cidade. Abrangendo os detalhes necessários para realização deste projeto arquitetônico e sua importância e necessidade para esta cidade.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO

A educação, na legislação brasileira, é concebida como um direito fundamental, universal, inalienável e um instrumento de formação ampla na luta pelos direitos da cidadania e pela emancipação social (BRASIL, 1996). Todavia, o contexto sociocultural no Brasil tem demonstrado que a educação, apesar das intenções preconizadas, não tem sido um direito exercido por todos os brasileiros (BARRETO, 2014).

Segundo dados do Censo da Educação Superior de 2016 do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP) (Tabela 01), apenas no ano da pesquisa houve 8 milhões de ingressos em algum nível de ensino superior no Brasil. Com a facilitação do ingresso dos candidatos, por meio de programas, como o Universidade Para Todos (PROUNI), o Financiamento Estudantil (FIES) e o Programa de cotas, houve uma abrangência na escolha de Instituições de ensino superior (IES) e de suas localidades. Mas se a vida de universitários já não é fácil, a daquele que sai de sua cidade, ou até mesmo de seu estado, é mais complicada ainda. Por isso, junto às novas vagas, cresce também a necessidade de projetos de assistência estudantil.

Tabela 01 - Total de matrículas em cursos de Graduação

Unidade da Federação / Categoria administrativa		Total Geral					
		Total	Bacharelado	Licenciatura	Tecnólogo	Não Aplicável	
Brasil		8.048.701	5.549.736	1.520.494	946.229	32.242	
	Pública		1.990.078	1.221.969	579.114	157.000	31.995
		Federal	1.249.324	823.295	328.032	73.951	24.046
		Estadual	623.446	305.990	229.781	79.726	7.949
	Municipal	117.308	92.684	21.301	3.323	-	
Privada		6.058.623	4.327.767	941.380	789.229	247	

Fonte: Censo da Educação Superior 2016, INEP (2016).

De acordo com a última pesquisa do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), do ano de 2014, aponta porcentagens de alunos por sexo (Tabela 02 e 03), cor, faixa etária, estado civil, situação socioeconômica (Tabela 04), se possuem filhos ou não, evasão e retenção, etc. Os dados da pesquisa mostram que o perfil dos estudantes das Instituições Federais de ensino superior (IFES) o sexo feminino tem maior participação em sua composição, observa-se uma significativa elevação da participação feminina entre 1996 e 2010, especialmente entre o início do período e 2003, período que condiz com a aprovação do PNE. Contudo, o peso da presença feminina nas IFES se dá ao contingente presente nas regiões Sul e Sudeste, onde os dados apontam para uma tendência de redução da participação feminina nas regiões Centro Oeste, Nordeste e Norte. No estado de Pernambuco e na cidade do Recife, segundo dados do anuário estatístico de Pernambuco, o número de mulheres matriculadas na graduação, é superior ao de homens (Tabela 05). Outro ponto importante para se avaliar foi o crescimento de graduandos sem renda ou com rendimento de até 3 salários mínimos, onde antes essa proporção era de cerca de 40% do total, chegando, em 2014, a ser mais de 51% de todos os estudantes, mostrando assim, a importância dos investimentos em assistência estudantil para essa classe.

Tabela 02 - Graduandos e população brasileira segundo o sexo - 1996 a 2014 (%)

	Sexo	Pesquisa	1996¹	2003¹	2010	2014
Brasil	Feminino	IFES	51,44	53	53,51	52,37
		PNAD/Censo	51,2	51,22	51,03	51,56
	Masculino	IFES	48,56	47	46,49	47,47
		PNAD/Censo	48,8	48,78	48,97	48,44
	Sem declaração	IFES	-	-	-	0,16

Fontes: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): Pesquisas Anuais de Domicílios (1996,2003 e 2014) e Censo 2010.

FONAPRACE – Pesquisa do Perfil (1996,2003 e 2010). CEPES (2014).

¹ Exclui-se a população da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

Tabela 03 - Graduandos e população brasileira segundo o sexo e por região - 1996 a 2014 (%)

Região	Sexo	Pesquisa	1996 ¹	2003 ¹	2010	2014
Centro - Oeste	Feminino	IFES	54,9	53,8	ND	53,266
		PNAD/Censo	50,63	50,66	50,35	50,52
	Masculino	IFES	45,1	46,2	ND	46,52
		PNAD/Censo	49,37	49,34	49,65	49,48
	Sem declaração	IFES	-	-	-	0,22
	Nordeste	Feminino	IFES	51,03	51,4	ND
PNAD/Censo			51,44	51	51,19	51,83
Masculino		IFES	48,97	48,6	ND	49,33
		PNAD/Censo	48,56	49	48,81	48,17
Sem declaração		IFES	-	-	-	0,09
Norte		Feminino	IFES	53,34	57	ND
	PNAD/Censo		50,84	50,76	49,54	49,9
	Masculino	IFES	46,66	43	ND	48,09
		PNAD/Censo	49,16	49,24	50,46	50,1
	Sem declaração	IFES	-	-	-	0,07
	Sudeste	Feminino	IFES	52,26	53,4	ND
PNAD/Censo			51,26	51,59	51,38	51,93
Masculino		IFES	47,74	46,6	ND	46,02
		PNAD/Censo	48,74	48,41	48,62	48,07
Sem declaração		IFES	-	-	-	0,19
Sul		Feminino	IFES	47,7	52,6	ND
	PNAD/Censo		51,02	51,13	50,94	51,5
	Masculino	IFES	52,3	47,4	ND	47,11
		PNAD/Censo	48,98	48,87	49,06	48,5
	Sem declaração	IFES	-	-	-	0,25

Fontes: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (1996,2003 e 2014) e Censo 2010.

FONAPRACE – Pesquisa do Perfil (1996,2003 e 2010). CEPES (2014).

¹ Exclui a população da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

Tabela 04 - Graduandos segundo estimativa de Renda Bruta Per Capita média em faixas salariais - 2014 (%)

Renda per capita do grupo familiar em salários mínimos		Região					
		Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Nacional
	Freq.	22.677	121.388	55.621	64.265	36.408	300.359
Até ½ SM – R\$362,00	%(C)	22,79	45,79	45,9	22,39	21,83	31,97
	Freq.	42.837	178.359	80.643	128.653	76.254	506.746
Até 1 SM – R\$724,00	%(C)	43,05	67,28	66,54	44,81	45,73	53,93
	Freq.	55.886	203.225	92.189	169.912	100.676	621.887
Até 1,5 SM – R\$1.086,00,00	%(C)	56,17	76,66	76,07	59,18	60,37	66,19
	Freq.	68.935	228.090	103.734	211.171	125.097	737.027
Até 2 SM – R\$724,00	%(C)	69,29	86,04	85,6	73,56	75,02	78,44
TOTAL	Freq.	99.494	265.084	121.187	287.087	166.752	939.604

Fontes: CESPE/IUFU. IV Pesquisa do Perfil do Graduando das IFES – 2014.

Tabela 05 - Número total de ingressos nos cursos de graduação presenciais, por organização acadêmica, todas as formas de ingresso, segundo os municípios e a dependência administrativa.

Municípios e dependência administrativa	Ingresso Total		
	Total	Feminino	Masculino
Pernambuco	76.804	42.281	34.523
Recife	46.063	24.388	21.675

Fonte: Anuário Estatístico de Pernambuco – 2016. Disponível em: <http://www.anuario.pe.gov.br/atividades-socioeconomicas/educacao> . Acesso em: 25 de nov. de 2019

Segundo o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Estudantis (1996, apud BARRETO, 2014, p.21), para as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), os principais indicadores sociais de sobrevivência são moradia, alimentação, transporte, saúde, manutenção e trabalho, pois grande parte dos estudantes das IFES desloca-se de seu contexto familiar ao ingressarem na universidade, apresentando, portanto, necessidade de moradia e apoio efetivo.

Sousa e Sousa (2009, apud BARRETO, 2014, p.27) definem essas moradias como espaços geralmente mantidos ou ligados a uma instituição de ensino como forma de auxiliar na formação de pessoas que deixaram seus locais de origem para estudar e morar com outras pessoas em condições semelhantes. Contudo, essa definição não cobre todas as modalidades de residências, que vão desde alojamentos, repúblicas, pensões, mas também a outras que não existem no sistema brasileiro, que podem ou não, ser custeadas por fundos públicos.

A Secretaria Nacional de Casa de Estudantes (SENCE, 2011) afirma em sua cartilha que existem três tipos básicos de moradia estudantil:

Residência Estudantil, Casa Autônoma de Estudantes e República Estudantil.
1 – Residência Estudantil: é a moradia de propriedade das Instituições de Ensino Superior e/ou das Instituições de Ensino Secundaristas Públicas; 2 - Casas Autônomas de Estudantes: é a moradia estudantil administrada de forma autônoma, segundo estatutos de associação civil com personalidade jurídica própria, sem vínculo com a administração de Instituição de Ensino Superior ou Secundarista; 3 - República Estudantil: é o imóvel locado coletivamente para fins de moradia estudantil. (SENCE, 2011)

Para Brandli (2003) a escolha desses jovens que ingressam no mercado habitacional pode envolver desde a definição da cidade, do bairro e da habitação propriamente dita e que este processo decisório é resultado de vários fatores. A falta de conhecimento do mercado, sobre os fatores de escolha importantes para os estudantes, faz com que a oferta nem sempre seja atrativa em termos de qualidade, preço e localização (HENSHER; TAYLOR apud BRANDLI, 2003).

Só no estado de Pernambuco, segundo o Censo de Educação Superior 2016 (INEP, 2016), foram mais de 264 mil matriculados em algum nível de curso superior (presencial ou não), sendo deles 86 mil matrículas em instituições públicas e 177 mil em instituições particulares.

Com a crescente demanda de estudantes vindos do interior do estado de Pernambuco, gera também uma alta procura por moradias voltadas exclusivamente para esse público. Essa classe vem para as zonas de atração¹, situadas nas principais cidades, em busca de uma melhor qualidade de ensino, assim como em busca do sonho de uma graduação. Contudo, o Recife oferece restritas opções para a necessidade desse público. A Casa do Estudante de Pernambuco (CEU) é voltada

¹Zonas com maior desenvolvimento socioeconômico, que ofertam maiores oportunidades de emprego e educação, tornando-se atrativas para as pessoas de outras localidades que procuram por melhor qualidade de vida.

apenas para o público masculino, e a CEU da Universidade Federal de Pernambuco oferece esse auxílio apenas para os estudantes desta Instituição, ambas com vagas limitadas. Diante da oferta inferior à procura, com número maior de vagas em residências estudantis voltadas para o público masculino, tem-se a desmotivação das mulheres na busca por outras opções para viver na capital, devido à incerteza das condições qualitativas e de manutenção de custos de outras formas de moradias, que podem ou não serem suficientes para mantê-las vivendo longe de suas cidades e concluir o curso desejado.

3. HISTÓRICO DAS MORADIAS ESTUDANTIS

As moradias estudantis datam desde a idade média, quando as instituições de ensino, a partir do século XIII, tornam-se as difusoras e polos de concentração dos saberes, em contrapartida as escolas monacais² (OLIVEIRA, 2007, apud BARRETO, 2014). Le Goff (1989, apud Souza, 2005) afirma que a necessidade dos estudantes de se estabelecerem próximos à localidade das universidades acarretou a criação de moradias coletivas para abrigá-los, principalmente devido às possibilidades de locomoção da época. Os maiores focos intelectuais na Idade Média foram as cidades de Paris e Bolonha, sendo esta última considerada uma das mais antigas do mundo e pioneira no oferecimento de moradia e auxílio financeiro para seus estudantes. Os *domus* eram os alojamentos destinados aos estudantes pobres, que residiam fora da cidade, os quais recebiam ainda 24 libras bolonhesas anuais para se manter, durante um período de 5 anos (LOUREIRO, 1986, apud BARRETO, 2014).

Contudo, isso era uma situação rara, pois, na maioria das vezes, a formação era um privilégio de quem podia pagar por ela, principalmente filhos da nobreza, de famílias ricas ou de profissionais já estabelecidos, que incluíam todos os gastos com moradia, materiais e alimentação. Segundo Grendler (2002, apud BARRETO, 2014), as pessoas se envolviam em dívidas na esperança de obter prestígio social e as faculdades que ofereciam algum tipo de moradia tinham pouco interesse em atrair pessoas com pouca renda, como por exemplo, o Colégio Borromeu, localizado em Parva, na Itália, não era uma instituição gratuita, na qual os alunos tinham que comprovar patrimônio familiar para serem aprovados.

Na França, após a revolução francesa, “Napoleão Bonaparte exacerbou a importância da educação gratuita e o apoio estatal aos estudantes, e os princípios da revolução tornaram-se um norte para as instituições de ensino públicas” (BARRETO, 2014, p. 29). Mais tarde, cidades como Polônia, Dinamarca, países balcânicos³, entre outros, seguiram os ideais liberais em suas Universidades espelhados na França e na Alemanha (LOUREIRO, 1986 apud BARRETO, 2014).

Segundo Barreto (2014), após o declínio da União Soviética em 1990, a ideologia neoliberalista foi adotada na gestão das universidades nos países ocidentais, inclusive

² Mantinham pouco contato com o mundo exterior, eram intimamente ligadas à Igreja.

³ Balcãs ou Península Balcânica é uma porção do território europeu localizada na porção sudoeste do continente. É composto atualmente pelos países: Albânia, Bósnia Herzegovina, Bulgária, Croácia, Eslovênia, Grécia, Macedônia, Montenegro, Romênia, Sérvia, Truquia (parte europeia da Turquia).

na América Latina, que agora assume um modelo mais preocupado com a produção do que com a qualidade, concentrada na diminuição de gastos com os estudantes, a exemplo de Bolonha, que sucateou o ensino público por meio de redução dos gastos com apoio a estudantes carentes nas Universidade públicas, entre outras medidas.

3.1. Moradias estudantis no Brasil

Segundo Costa e Oliveira (2012), os fluxos migratórios de estudantes oriundos de outras regiões em direção às chamadas zonas de atração migratórias, onde se concentram os centros universitários, acontecem também no Brasil, desde a criação da Escola de Minas de Ouro Preto entre as décadas de 1850 e 1860.

Nesta época em Minas Gerais, acontecia o ciclo da mineração, que gerou um crescimento grande na região, e conseqüentemente uma demanda maior por qualificação de serviços. Neste contexto, a cidade de Ouro preto se destaca pela criação de escolas profissionais como a Escola de Farmácia (1849) e a Escola de Minas (1876), que se consolidaram em pouco tempo como grande atrativo de estudantes e professores forasteiros (COSTA; OLIVEIRA, 2012).

“Em 1897, a Capital do Estado deixa de ser Ouro Preto e passa para Belo Horizonte, que foi planejada e construída exclusivamente para sediar a administração política do Estado, devido às limitações geográficas de Ouro Preto” (MACHADO, 2014, p. 11). Segundo Rodrigo Meniconi (2000, apud, MACHADO, 2014), essa transferência causou uma evasão de 40 % da população da antiga capital para a nova sede.

Com esse esvaziamento da cidade, inúmeros imóveis ficaram abandonados, os quais foram cedidos ou ocupados pelos estudantes. Os donos das propriedades preferiam muitas vezes ceder a casa aos estudantes para que as mantivessem em bom estado, onde o aluguel cobrado era irrisório, apenas para custear o valor dos impostos. Através da facilidade de moradia e de outros fatores como o clima ameno, a qualidade das instituições de ensino, a proximidade com a nova capital do Estado e com as escolas também renomadas do Rio de Janeiro, Ouro preto se tornou ideal pois fornecia boas condições de permanência durante todo o ano para quem se destinasse a estudar na cidade (MACHADO, 2014).

Segundo Souza (2012), em 1969, com a fundação da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), as Escolas de Minas e de Farmácia foram incorporadas e com isso o número de alunos aumentou, assim como a diversidade de repúblicas

estudantis. Antigos imóveis foram doados para a Universidade para suprir a falta de moradias para os estudantes e agora algumas das antigas repúblicas pertenceriam a União, pois de acordo com Sayegh (2009, p. 119, apud SOUZA, 2012), o diagnóstico realizado em 1976 pela Fundação João Pinheiro, para a implantação dessas repúblicas constatou que essas são vistas “como uma interferência positiva na paisagem urbana da cidade, já que possibilitam a conservação das casas ocupadas”.

A partir dos anos 40 do século XX, surgiram entidades de assistência estudantil cuja principal função foi a compra ou construção de casas para estudantes. O resultado da atuação da Casa do Estudante de Ouro Preto e da Casa do Estudante da Escola de Minas foi a compra de grandes casas que abrigaram várias repúblicas, as quais viriam a adquirir nomes como Canaan, Sparta, Pureza, Reino de Baco e Formigueiro. Devido às dificuldades de manutenção das “repúblicas” estudantis, principalmente no que tange às reparações, a Casa do Estudante de Ouro Preto, transfere 7 repúblicas para o patrimônio da UFOP em 1975. (MACHADO, 2003, p.198)

Apesar da imagem patrimonialista da cidade de Ouro Preto, a vida universitária está presente na inserção das repúblicas na paisagem urbana, dando novas formas de consumir e habitar os casarios antigos (Figura 01) e pelas práticas cotidianas dos estudantes na rotina da cidade (SOUZA,2012). Ouro Preto ainda hoje é conhecida por possuir o maior número de repúblicas estudantis do país (em torno de 400 repúblicas), o que lhe conferiu ser chamada de “Cidade das Repúblicas” (SOUZA, 2010, apud, SOUZA, 2012).

Figura 01- Sobrados no Centro Histórico de Ouro Preto são utilizados como repúblicas estudantis.



Fonte: Souza (2012, p. 197).

O marco do início de um maciço investimento em políticas públicas ao setor da moradia estudantil no Brasil foi dado durante o governo de Washington Luís (1926-1930), que sancionou o decreto do congresso Nacional criando a Casa do Estudante Brasileiro em Paris, França. Depois, em 1929, têm-se a fundação da Casa do Estudante do Brasil (CEB) no Rio de Janeiro, que foi uma entidade privada sustentada com muitos recursos públicos, que serviria como moradia, ofereceria serviços médicos, restaurante, programas de psicologia e orientação profissional, concessão de bolsas e etc, e que por anos influenciou a questão das lutas estudantis no país (MACHADO, 2013).

Sua fundadora Ana Amélia de Queiroz Carneiro Mendonça, que era escritora e feminista, geriu a Casa do Estudante até o fim da sua vida. No II Congresso Internacional Feminista, de 1931, apresentou a tese “*O problema da habitação para moças-estudantes e o projeto de uma casa para a estudante brasileira na organização da Casa do Estudante do Brasil*” tendo como justificativa pela reivindicação do aumento de mulheres a ingressar no Ensino Superior, mas apenas nos anos 1960 consegue o pavilhão próprio de ampliação da CEB (Figura 02), que seria a Residência Universitária Feminina (REGIS, 2012).

Figura 02-Casa do Estudante do Brasil, Residência Feminina



Fonte: Regis (2012, p. 38).

Foi realizado na CEB, em 1937, o 1º Congresso Nacional de Estudantes, que sob a primeira sessão ordinária dirigida por Ana Amélia Queiroz, nasce a União Nacional dos Estudantes, a UNE (COSTA; OLIVEIRA, 2012). “A criação da UNE é um marco na história, não apenas pela organização de estudantes numa entidade, mas acima de tudo pelo momento em que foi criada, em 1938, em pleno Estado Novo.” (REGIS, 2012, p. 54). A então formação da UNE agradou o presidente do governo, Getúlio Vargas, que veio a apoiar a organização, pois segundo Regis (2012), o projeto do governo era o “controle” da educação, assim como houve a cooptação dos sindicatos. Contudo, a UNE toma caminhos contrários ao esperado pelo governo, e entra em embate com a entidade em prol de sua autonomia e por direito ao prédio sede da instituição, que até o momento, havia sido prometido por Getúlio Vargas, mas revogado pelo então ministro da educação e saúde, Gustavo Capanema, mediante interesse de instaurar a sede da Juventude Brasileira no mesmo prédio.

Neste momento, a CEB se posiciona contra a UNE, já que a entidade recebia fundos do governo para investir em apólices, móveis e utensílios, e desfrutar de uma situação financeira mais cômoda. Logo, a postura da UNE não poderia atrapalhar o que foi conquistado pela casa, assim, a decisão tomada foi a carta em que a CEB

declara não ter qualquer relação e vínculo com a UNE e manter a boa relação com o governo. É válido destacar que mesmo a CEB mantendo relações próximas com o governo militar, não impedia de boa parte dos estudantes que faziam parte da instituição, manifestassem críticas ao governo Vargas, mesmo que em sigilo. Contudo, a Casa do Estudante do Brasil viria a ser fechada em 1968 pelo próprio governo aliado, e passou a fornecer apenas bolsas para os estudantes mais necessitados (REGIS, 2012).

Segundo Costa e Oliveira (2012), o precedente criado pelas duas primeiras moradias estudantis, em ouro preto e no rio de janeiro, levou os estudantes das novas universidades que estavam sendo fundadas durante o Governo Vargas (Universidade Federal da Bahia, Universidade Federal de Minas Gerais, Universidade Federal de Pernambuco, etc.), a reivindicar a implantação de moradias estudantis.

3.2. Moradias estudantis em Pernambuco

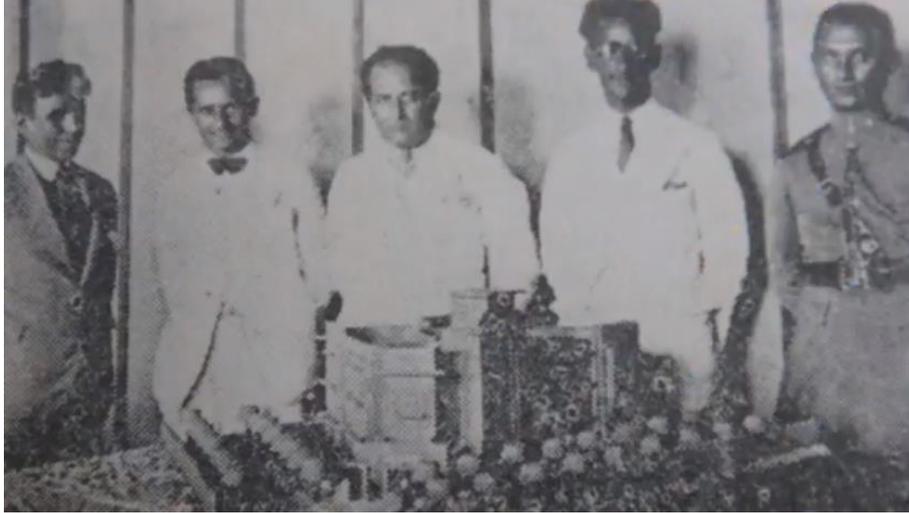
Durante o regime militar foram ampliadas algumas das moradias estudantis pelo país e algumas entidades passaram a receber financiamento contínuo, como na gestão do Ministro Jarbas Passarinho (1969-1973).

Em 1930, o Recife possui as faculdades de Direito, odontologia, medicina, farmácia e engenharia em pleno funcionamento, e em consequência um grande número de estudantes do norte e nordeste do país eram atraídos pela fama das universidades. Grande parte desses estudantes vinham para a capital de Pernambuco sem nenhum ou com pouco recurso financeiro para se manter, se sujeitando a viver em sacrifício para conseguir estudar. Alguns desistiam por falta de assistência e outros dependiam de repúblicas instaladas em sobrados (Casa do Estudante de Pernambuco, 2013).

Segundo informações da Casa do Estudante de Pernambuco – CEP (2013) as dificuldades levaram um grupo de estudantes da época a criar o projeto da Casa do Estudante pobre de medicina. A ideia surgiu em julho de 1931 com a equipe do Centro Acadêmico da Faculdade de Medicina, que queriam inicialmente criar um abrigo em um prédio já existente, contudo o grupo formado por Livino Pinheiro e seus colegas da faculdade, todos estudantes de medicina, propuseram construir um novo edifício. Para isso, organizaram-se festivais, bailes e através de doações conseguiram arrecadar o dinheiro para a construção da sede, o terreno foi doado pelo governador Carlos de Lima Cavalcanti. Em 1931 a pedra fundamental foi lançada (Figura 03) e

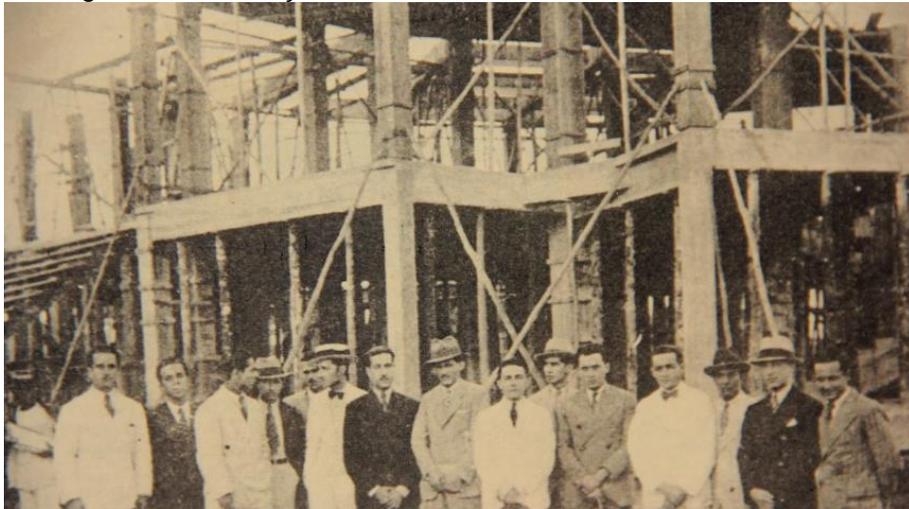
sua construção se iniciou em 1932 (Figura 04). Em 1934 suas obras foram interrompidas devido à falta de verbas e só retomaram em 1938 (Figura 05), ano em que a CEP foi inaugurada no bairro do Derby (Figura 03).

Figura 03- Pedra fundamental da CEP lançada,1931.



Fonte: Disponível em: <http://cepos.org.br/institucional/historia>. Acesso em: 23 nov. 2018.

Figura 04- Construção da Casa do Estudante de Pernambuco,1932



Fonte: Disponível em: <http://cepos.org.br/institucional/historia>> Acesso em: 23 nov. 2018.

Figura 05- Inauguração da CEP, 1938



Fonte: Disponível em: <http://cepos.org.br/institucional/historia>. Acesso em: 23 nov. 2018.

Essa gestão da CEP focou também no atendimento integral dos estudantes além da própria moradia oferecida, inclusive ampliando os serviços médicos e as condições de sustentabilidade dos estudantes nos referidos cursos das universidades existentes, considerando que o conceito de Casa de Estudante vai muito além do seu sentido de residência estudantil, mas para um ponto de apoio e de aprendizado dos estudantes (MACHADO,2013, p.39).

A CEP funciona até hoje no mesmo lugar (Figura 06), e oferece moradia a 130 homens, que se dividem em 40 apartamentos, além de outros 280 sócios. Através de recursos do Governo do Estado, a Casa do Estudante de Pernambuco oferece os seguintes benefícios: alimentação; moradia; biblioteca com 3 mil títulos; assistência odontológica; assistência psicológica; salas de estudo climatizadas com internet wi-fi; atividades esportivas; monitorias.

Figura 06- Casa do Estudante de Pernambuco atualmente



Fonte: Disponível em: <http://cepos.org.br/institucional/historia>. Acesso em: 23 nov. 2018.

Ainda em Recife, nos anos 1970, foi inaugurada a Casa do Estudante Universitário (CEU) da Universidade Federal de Pernambuco que está situada na Cidade Universitária, com uma infraestrutura de acesso e permanência ao ensino superior aos estudantes de baixa renda provenientes do interior do estado de Pernambuco (fora da Região Metropolitana do Recife) ou de outros estados, ingressantes na UFPE. A moradia abriga 272 residentes, sendo 192 no setor masculino (Figura 07) e 80 no feminino, conta com 48 apartamentos, sendo 16 por andar, equipados com beliches, armários e bancada de estudo. Para cada oito apartamentos existem dois banheiros, e em cada andar uma sala de estudos. Em 2015 foi inaugurado a Casa do Estudante Universitário Mista, com capacidade para 130 pessoas e um investimento 2,7 milhões advindos do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI).

Figura 07- Casa do estudante universitário da UFPE



Fonte: http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/vidaurbana/2017/03/27/interna_vidaurbana,696095/casa-do-estudante-masculina-sera-reformada-na-ufpe. Acesso em: 25 nov. 2018.

A UFRPE, com campus localizado no bairro de Dois Irmãos, zona norte de Recife, disponibiliza vagas em três residências estudantis, uma masculina (Figura 08), uma feminina (Figura 09) e um condomínio misto (Figura 10), no bairro de dois irmãos, zona norte do Recife, disponibilizando 134 vagas, sendo 112 masculinas e 22 femininas.

Figura 08 - Casa estudantil masculina da UFRPE



Fonte: Google Maps (2017) Acesso em: 25 nov. 2018.

Figura 09 - Casa estudantil feminina da UFRPE



Fonte: Maranhão (2016, p.43)

Figura 10 - Casa estudantil mista da UFRPE



Fonte: Maranhão (2016, p. 44)

4. ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA LEGISLAÇÃO VIGENTE

A assistência estudantil é um tipo de política pública da educação superior, que visa implementar ações para garantir o acesso, a permanência e a conclusão de um curso de graduação dos estudantes que se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômicas nas Instituições de Ensino Superior – IFES (FONAPRACE, 1996). Segundo Carvalho e Martins (2002, apud, MARANHÃO, 2016), é dever do Estado e faz parte da luta pelo direito à educação suprir as necessidades básicas dos estudantes.

Segundo Barreto (2014), a assistência estudantil é um direito reconhecido no Brasil desde a década de 30, que a partir do decreto nº 19.890 de 1931 ficou reconhecida como Lei Orgânica do Ensino Superior, sendo a primeira tentativa de regulamentação deste tipo de política no país. Foi a partir da constituição de 1946 que a assistência estudantil se tornou obrigatória para todos os sistemas de ensino e com a Lei de Diretrizes e Bases -Lei nº 4.024/1961 transformando-se em parte do direito à educação. A Constituição de 46, fala no Capítulo II, no Art. 166, que a educação é um direito de todos, que deve ser ministrada tanto no lar quanto na escola, tendo como base a liberdade e os ideais de solidariedade humana e no Art. 172, vem regular a assistência estudantil, afirmando que os sistemas educacionais deverão possuir serviços de assistência que assegurem a eficiência escola dos alunos carentes (BRASIL, 1946).

A assistência estudantil sofre com a chegada do regime militar que no contexto de repressão social e política, as legislações passam a prestar pouca atenção nos jovens estudantes. Na Constituição de 1967, Art. 168, constava que a educação era um direito a todos, contudo não se efetivou como a forma que foi constituída. A reforma universitária de 1968 propôs uma modernização da educação superior, onde houvesse uma maior interação entre a pesquisa e o ensino, que o corpo discente tivesse direito a uma maior representação dentro da universidade, através dos corpos colegiados e que as atividades de extensão proporcionassem aos estudantes participação na vida da comunidade (KOWALSKI,2012). Nos moldes propostos pelo regime militar, as vagas para o nível superior foram ampliadas através da expansão da rede do ensino particular, simulando a democratização do ensino e sufocando a rebeldia dos jovens, de modo que entre os anos de 1970 e 2004 houve um aumento de 879% no número de matrículas nessas instituições, favorecendo principalmente a

classe média e atingindo segmentos da sociedade mais pobres (FERNANDES, 1989, apud, KOWALSKI, 2012).

Nos anos de 1980, o Brasil passou por um processo de redemocratização, devido a uma forte crise econômica presente no governo militar, que resultou na transição da *ditadura* para a *república* [...] Os problemas sociais tais como o desemprego, as deficiências nos serviços de saúde, as desigualdades na educação superior decorrentes das dificuldades de acesso e permanência persistiam. Esses movimentos de disputas se convergem e provocam mudanças na agenda política que, por sua vez, culminam na criação de novas políticas públicas (KOWALSKI, 2012, p. 92-93).

Nasce a partir daí o Fórum Nacional de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE) responsáveis pelos assuntos das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), que buscavam encontrar mecanismos e soluções para a permanência do aluno e a redemocratização do ensino superior, passaram a defender a incorporação de estudantes de baixa renda nas instituições (KOWALSKI, 2012).

Segundo Barreto (2014), em 1985, o então Ministro da Educação, Marco Antônio de Oliveira, propôs uma “Nova política para educação superior”, em que fosse realizado um plano nacional de recuperação e conservação das moradias estudantis e refeitórios já existentes e a criação dessas moradias em Instituições de ensino superior (IES) que ainda não as possuíssem. Contudo, essa expansão não chegou a ser concretizada devido à precariedade de recursos destinados às IES para dispor destes serviços.

A constituição de 1988, no Art. nº 206 (BRASIL, 1988), garante que a educação deve ter condições igualitárias de acesso para que possa haver a permanência na escola, onde “embora esse documento não abordasse especificamente a educação superior é a partir dele, que se começam a aprofundar as discussões referentes ao acesso e à permanência nas universidades (KOWALSKI, 2012, p. 93), como por exemplo a criação do Plano Nacional de Educação - PNE.

Durante a década de 1990, não houve significativos investimentos na área de assistência estudantil, pelo contrário, houve um movimento de negação desse tipo de assistência que, por meio da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB de 1996, em seu Art.71, esclarece que programas suplementares de alimentação, de saúde, dentre outras formas, não serão mais parte da manutenção ou do desenvolvimento do ensino, que só comprova que ainda se matinha o interesse na privatização do ensino. Contudo, a LDB – 1996 ficou em vigência por dois anos, pois

a Declaração Mundial sobre Educação Superior do Século XXI, promulgada em Paris no ano de 1998, onde a assistência à educação foi lembrada através da relevância dos programas sociais oferecidos nas Instituições de ensino superior - IES, e o Brasil procurou dar seguimento com a aprovação do já constitucional PNE, em 2001 (KOWALSKI, 2012). São ações relacionadas a assistência estudantil no PNE:

33. Estimular as instituições de ensino superior a identificar, na educação básica, estudantes com altas habilidades intelectuais, nos estratos de renda mais baixa, com vistas a oferecer bolsas de estudo e apoio ao prosseguimento dos estudos.

34. Estimular a adoção, pelas instituições públicas, de programas de assistência estudantil, tais como bolsa-trabalho ou outros destinados apoiar os estudantes carentes que demonstrem bom desempenho acadêmico (BRASIL, 2001).

Mas é somente em 2007, com o Decreto-Lei nº 6.096, que se institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI, que são criadas condições para ampliação do acesso e da permanência na Educação Superior através da expansão de políticas de inclusão e assistência sociais (BRASIL, 2007).

No mesmo ano foi aprovado o Plano Nacional de Assistência Estudantil, o PNAES, desenvolvido pelo Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE), que através de pesquisas realizadas entre os anos de 1997 e 2004, perfilaram as condições sociais dos jovens que faziam parte das Universidades Federais (BARRETO, 2014). Este plano tem por finalidade ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal e nos seu Art. 2º são definidos seus objetivos:

I – democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; II - minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; III - reduzir as taxas de retenção e evasão; e IV - contribuir para a promoção da inclusão social pela educação (BRASIL, 2010).

Desta forma, o PNAES desenvolve ações nas áreas desde moradia estudantil, até disponibilizando apoio pedagógico para os alunos regularmente matriculados em instituições de ensino superior e técnicos federais. Contudo, segundo Andrés (2011, apud, BARRETO, 2014), essas instituições públicas só abrangem 4% do total de instituições de ensino superior existentes no país, fazendo com que esse programa

só atenda a uma parcela reduzida de jovens que necessitam de recursos para concluir o ensino.

O PNAES foi sendo aperfeiçoado pelo FONAPRACE constantemente, especialmente após a pesquisa de 2004, quando se buscou tornar o plano aplicável em todas as Universidades Federais. Em agosto de 2007, o PNAES foi adotado e lançado pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES). Em dezembro de 2007, foi instituído pelo Ministério da Educação no âmbito da Secretaria de Ensino Superior (SESU). Foi implementado a partir de 2008 e colocado em prática, como política de governo (BARRETO,2014).

Foi no ano de 2010 que o PNAES se tornou o Decreto de Lei nº 7234, que representou “a luta coletiva de grupos organizados (FONAPRACE, UNE, ANDIFES) na consolidação da assistência estudantil em âmbito institucional e o reconhecimento legal enquanto política pública de direito” (KOWALSKI, 2012, p. 98). Como medida a fortalecer o compromisso firmado pelo PNAES, foi elaborado o Projeto de Lei (PL) 8035/2010, referente ao PNE para o período entre 2011 – 2020, estabelece estratégias e metas para a educação brasileira em todos os níveis de ensino. Para assistência estudantil são citadas as seguintes estratégias:

12.5) Ampliar, por meio de programas especiais, as políticas de inclusão e de assistência estudantil nas instituições públicas de educação superior, de modo a ampliar as taxas de acesso à educação superior de estudantes egressos da escola pública, apoiando seu sucesso acadêmico.

12.6) Expandir o financiamento estudantil por meio do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior - FIES, de que trata a Lei no 10.260, de 12 de julho de 2001, por meio da constituição de fundo garantidor do financiamento, de forma a dispensar progressivamente a exigência de fiador (BRASIL, 2010).

Para melhor entendimento da ordem das principais transformações ocorridas ao longo dos anos na assistência estudantil brasileira, o quadro 01 a seguir separa por fases, que são determinadas pelas mudanças político-administrativas sofridas no país, desde o período do regime militar, após a constituição de 1988 e com a criação do REUNI até o PL 8035/2010 referente ao PNE:

Quadro 01 - Linha do tempo dos principais acontecimentos para a institucionalização da assistência estudantil no Brasil.

<p>PRIMEIRA FASE</p>	<ul style="list-style-type: none"> • 1928: Promoção, pelo presidente Washington Luis, da construção da “Casa do Estudante Brasileiro” que ficava em Paris. • 1930: Abertura da “Casa do Estudante do Brasil” no RJ, acoplado ao RU. • 1931: Marca de nascença da AE na universidade, instituída pelo presidente Getúlio Vargas, através do Decreto nº 19851/1931. • 1934: Integração da assistência estudantil passou na Constituição Federal no artigo 157. Previsão do fornecimento de material escolar, bolsa de estudo, assistência alimentar, dentária e médica • 1937: Criação da União Nacional dos Estudantes (UNE). • 1946: Promulgação da Constituição Federal, que estabelece a assistência educacional para alunos “necessitados” e também aborda mecanismo referente à saúde dos discentes. • 1961: Aprovação da LDB que estabelecia a assistência social como um direito a ser garantido de forma igual a todos os estudantes. • 1970: Criação do Departamento de Assistência ao Estudante (DAE), com ênfase para os programas de alimentação, moradia, assistência médico-odontológico.
<p>SEGUNDA FASE</p>	<ul style="list-style-type: none"> • 1987: Criação do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE), congregando os Pró-Reitores, Sub-Reitores, Decanos, Coordenadores ou responsáveis pelos assuntos comunitários e estudantis das IFES do Brasil. • 1988: Promulgação da Constituição Federal que gerou amadurecimento na discussão da política de assistência estudantil (acesso e permanência nas IFES). • 1990: Limitação de recursos nacional para assistência estudantil; discussões sobre a PAE de forma fragmentada e restrita a algumas IFES. • 1996: Aprovação da LDB, que “de costas para a assistência estudantil”, não menciona nenhum tipo de financiamento a PAE. • 1998: Aprovação, na Conferência de Paris, da “Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI”, que prevê a relevância social dos programas assistenciais oferecidos nas IFES. • 1999: Criação do FIES, que propõe financiar os cursos de graduação para os estudantes nas IES <i>privadas</i>. • 2001: Aprovação do PNE, que dispõe da política de diversificação das fontes de financiamento e gestão das IES. • 2004: Criação do ProUni, que objetiva conceder bolsas de estudos para alunos de baixa renda em IES <i>privadas</i>.
<p>TERCEIRA FASE</p>	<ul style="list-style-type: none"> • 2007: Criação do REUNI, que prevê a ampliação de políticas de inclusão e de assistência estudantil. • 2007: criação do PNAES, cujo objetivo é dar subsídios para permanência de alunos de baixa renda nos cursos presenciais na IFES. • 2010: Sanção, em 19 julho, do PNAES como Decreto Lei nº 7.234; assistência estudantil concebida como política pública de direito. Aprovação do Decreto Lei nº 7.233, que versa sobre os procedimentos orçamentários e financeiros relacionados à autonomia universitária. Aprovação, em 30/12/2010, do Decreto nº 7416, que regula bolsas de permanência para a promoção do acesso e permanência de estudantes em condições de vulnerabilidade social e econômica. • 2010/2011: Lançamento do Projeto Lei do PNE para o decênio 2011-2020, o qual, de acordo com a Meta 12, visa desenvolver os programas de assistência estudantil para ampliar as taxas de acesso nas IFES.

Fonte: Kowalski (2012, p. 120).

Segundo a autora do quadro, na primeira fase não havia um projeto nacional voltado exclusivamente para assistência estudantil, pois estava atrelada aos direitos individuais e não repercutiu de maneira benéfica na permanência dos alunos nas universidades. A segunda fase, marcada pela abertura política e redemocratização da educação, foram favoráveis a implementação de políticas sociais e ações significativas na luta pela equidade educacional. Já a terceira e atual fase, ainda está em desenvolvimento e é marcada pela criação do PNAES (KOWALSKI,2012).

Desta maneira, os esforços para proporcionar um melhor aproveitamento do aluno, enquanto discente, nas legislações das universidades federais estão em crescimento, garantindo assim que o ensino seja gratuito em todas as formas, contudo, com a instauração das políticas sociais FIES e PROUNI, os jovens que necessitam ser assistidos pelo Estado não recebem ajuda além do financiamento estudantil, o que gera uma taxa de evasão de 1.743.930 de alunos nas universidades privadas (INEP,2016). Desta forma, estados e municípios devem agir em consonância com o governo federal para haver equidade na educação.

4.1.Assistência estudantil em Pernambuco

Na esfera estadual, o Plano Estadual de Educação de Pernambuco, previsto para o decênio de 2015-2025, se coloca no compromisso de democratizar a educação no estado, com metas de, por exemplo, elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 41,3% e a taxa líquida para 26,6% da população de dezoito a vinte e quatro anos, além de:

12.6. Expandir, por meio de programas especiais, as ações afirmativas de inclusão e de assistência estudantil nas instituições públicas de educação superior, de modo a ampliar as taxas de acesso e de permanência na educação superior de estudantes egressos de escolas públicas, negros e indígenas.

12.7. Assegurar, por meio de políticas de ação afirmativa, a participação proporcional de grupos historicamente desfavorecidos na educação superior, a exemplo da população negra, quilombola e indígena (PERNAMBUCO, 2015).

4.2. Assistência estudantil em Recife

Em Recife, por meio da Lei nº 18.147 / 2015, que institui o Plano Municipal de Educação, que tem entre as diretrizes: a superação das desigualdades educacionais, a formação voltada para o trabalho e para a cidadania e o estabelecimento da meta

de aplicação de recursos públicos em educação. Uma das metas do plano refere-se a colaboração com a união e o estado no processo de elevação da taxa bruta de matrícula na educação superior para 50 % e da taxa líquida para 33% da população, de 18 a 24 anos, que propõe como estratégia voltada para a assistência estudantil:

12.2) colaborar com a implementação no âmbito do território do Município do Recife da estratégia do PNE: ampliar as políticas de inclusão e de assistência estudantil dirigidas aos (às) estudantes de instituições públicas, bolsistas de instituições privadas de educação superior e beneficiários do Fundo de Financiamento Estudantil - FIES, de que trata a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, na educação superior, de modo a reduzir as desigualdades étnico-raciais e ampliar as taxas de acesso e permanência na educação superior de estudantes egressos da escola pública, afrodescendentes e indígenas e de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, de forma a apoiar seu sucesso acadêmico (RECIFE, 2015);

A CEP, além de moradia estudantil, também fornece para os sócios assistência alimentar, médica e odontológica, além de disponibilizar a biblioteca da instituição para uso gratuito. Para isso, é realizada uma seleção a partir de concurso e comprovação de baixo rendimento para fazer uso de todo o programa, que atende ambos os sexos. Ressaltamos que ainda não existe espaço para receber pessoas do sexo feminino na unidade, contudo já existem movimentações para que tal projeto seja colocado em prática.

Em discurso feito na reunião plenária, de 16 de outubro de 2016, a então deputada Socorro Pimentel (PTB), que atuou como membro do conselho da Casa do Estudante de Pernambuco (CEP), informou ter destinado R\$ 250 mil da cota de emendas parlamentares para a construção do alojamento feminino, afirmando que, além do recurso das emendas, o deputado Adalto Santos alocou outros R\$ 200 mil para que as estudantes do estado possam estudar na capital e morar na CEP, que desde o dia de sua fundação só permite homens em sua morada⁴.

As universidades Federal e Federal Rural de Pernambuco, além da moradia estudantil, disponibilizam também bolsas e auxílio alimentação, médica, psicológica e de manutenção, a partir da comprovação da vulnerabilidade financeira do aluno. A Universidade de Pernambuco (UPE) proporciona auxílio financeiro, através de bolsas e assistência alimentar, médica e odontológica, não ofertando nenhuma moradia estudantil para os jovens advindos do interior.

⁴ Discurso disponível em: <http://www.alepe.pe.gov.br/2018/10/16/socorro-pimentel-anuncia-implantacao-de-alojamento-feminino-na-casa-do-estudante>. Acesso em: 16 mar. 2019.

É interessante destacar que a implementação de políticas destinadas aos setores público e privado contribuiu, nos últimos anos, ainda que de forma insuficiente, para o processo de democratização do acesso às casas estudantis. Através das pesquisas, como as realizadas pelo FONAPRACE e pelo INEP, conclui-se que o aumento no total de matrículas na graduação aponta para a expansão da oferta de vagas e o aumento de jovens tendo acesso à educação superior. Contudo, mesmo considerando os avanços, as desigualdades na permanência e conclusão do curso ainda precisam receber maior atenção e apoio dos entes federados, para que na educação não exista apenas igualdade, mas sim equidade de oportunidades.

5. A CULTURA UNIVERSITÁRIA INSCRITA NA IDENTIDADE CULTURAL DA CIDADE.

A democratização do ensino superior possibilitou não apenas a facilitação de acesso a milhares de estudantes a uma universidade, mas também serviu para impulsionar o crescimento e o desenvolvimento dos lugares onde eram implantadas. “Isto pode indicar que nas próximas décadas algumas dessas cidades onde se instalaram novas universidades e novos campi, podem vir a se tornarem polos de produção econômica” (OLIVEIRA, 2014, p. 02) e também cultural, através da formação da identidade local onde a instituição se insere, devido à mescla de diversos tipos de pessoas, pois, como afirma Leite (2007): a cidade sendo principalmente um produto cultural, ela é sempre o resultado convergente de distintas influências formais e cotidianas.

São práticas sociais e culturais de diversas ordens que articulam universidades e cidades: movimentos estudantis politizados, teatro, arte, música e esporte; intervenções urbanas, artefatos e adereços; hábitos e espaços de consumo; eventos intermediados pelas universidades, etc. (SOUZA, 2012, p. 189).

As IES assumem papel de atrativo para empresas e consumidores, gerando crescimento socioeconômico no local ou na região. Segundo Schneider (2002), toda universidade ao se instalar traz consigo um atrativo para novas atividades e investimentos nos municípios em que se localizam, valorizando o entorno dos campi, elevando o valor imobiliário. Desta forma, o alunado que se desloca do interior enfrenta o aumento do valor dos imóveis e dos alugueis dessas áreas (HOFF; MARTIN; SOPEÑA, 2011).

Neste sentido, a criação das repúblicas estudantis está voltada tanto para aspectos socioeconômicos, políticos e culturais, mas também para a dificuldade que as cidades possuem em acompanhar o seu crescimento juntamente com o da universidade e sua demanda por moradia (SOUZA, 2012). As universidades trouxeram modernização para os espaços urbanos e ajudaram na construção da ideia de cidade, pois desde o século XVI, no ocidente, as cidades já reclamavam pela necessidade de moradias para a classe estudantil (SAYEGH, 2009, apud, SOUZA, 2012).

Sendo assim, este capítulo abordará a relação da cidade de Ouro Preto – Minas Gerais que possui grande importância cultural e histórica no cenário brasileiro, com

os estudantes universitários no contexto urbano contemporâneo a partir dos usos e contra-usos dos espaços.

5.1.O caso da Universidade Federal de Ouro Preto e o patrimônio histórico

Com a forte inserção da cultura universitária em decorrência da criação das residências estudantis, foram inseridas novas formas de culturas urbanas no centro histórico de Ouro Preto, de cujas relações da vida universitária e a identidade cultural temos que essa cidade é a que possui o maior número de repúblicas estudantis do país e que, a partir dos fluxos e práticas realizadas por esse grupo de atores, influenciam no surgimento de novos usos para os casarões do período colonial (SOUZA, 2012).

A vida estudantil em Ouro Preto é tratada como cultura universitária a partir da criação da Escola de Minas, criada em 1875, entre o período de transição do Segundo Reinado para o Regime Republicano.

No início os poucos estudantes admitidos na Escola de Minas alugavam quartos em casas de famílias abastadas da cidade. Posteriormente surgiram as primeiras casas de estudantes; somente após duas décadas, em 1919, surgem as duas primeiras repúblicas de que se tem conhecimento: Castelo dos Nobres e Humaitá. Nos anos seguintes surgiram as repúblicas Arca de Noé (1927), Canaan (1930), Vaticano e Pureza (1932) e Sparta (1941). (SOUZA, 2012, p. 193).

Com a criação da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), em 1969, e o conseqüente aumento do número de alunos, antigos imóveis foram doados para a Universidade e tornaram-se federais. Com a não resolução do problema de moradia estudantil, entre as décadas de 1960 e 1970, foram compradas casas no centro histórico de Ouro Preto, onde se localizava o prédio da Escola de Minas. Em média são 400 repúblicas, sendo 66 federais, reguladas pela UFOP e administradas pelos estudantes e mais de 300 particulares (SOUZA, 2012).

A fundação João Pinheiro (1976, apud SAYEGH, 2009) analisou a implantação dessas repúblicas através do ponto de vista urbano, estudantil e o da UFOP:

Sob o primeiro aspecto, a Fundação concluiu que havia grande interesse por parte do município em manter as repúblicas da forma como se apresentavam, tendo em vista a “substancial vitalização imprimida ao cotidiano urbano” obtida através do intercâmbio cultural no convívio diário entre os estudantes vindos de várias partes do país e a população local. Ainda sob este viés, o diagnóstico aponta as repúblicas como um grande potencial para incremento às atividades recreativas e culturais da cidade, ajudando a consolidar atividades já existentes e a criação de novas. Além disso, as repúblicas são

vistas como uma interferência positiva na paisagem urbana da cidade, já que possibilitam a conservação das casas ocupadas. (SAYEGH, 2009, p. 119).

Sendo uma cidade destaque no turismo por ser declarada Monumento Nacional e Patrimônio da Humanidade, Ouro Preto só vem mostrar que o patrimônio, seja material ou não, é um aliado no progresso urbano, atraindo uma gama de serviços, indústrias e setores do turismo, capazes de alavancar a economia da região e no conseqüente enobrecimento urbano (SOUZA, 2012). É nesse sentido que Souza (2012) chama a atenção para a “destraditionalização” da imagem da cidade, na medida em que a relação entre o que é tradicional e o que é inovador formam uma nova identidade através da revalorização da cultura e do patrimônio local.

A lei de tombamento do centro histórico de Ouro Preto trouxe o código de posturas para uso do solo e dos antigos sobrados, que inicialmente foram induzidos ao uso institucional. Contudo, a cultura universitária, que existe desde o redescobrimto do barroco, começou a se expandir de tal forma que disseminou novas sociabilidades urbanas. As repúblicas se tornaram lugares de consumo cultural, não só para os estudantes, mas para o turismo local, que foi incrementado pelos eventos e shows promovidos pelos moradores dessas casas, juntamente à Universidade, formando uma dinâmica de intervenções nas ruas do centro histórico e na Praça de Tiradentes (SOUZA, 2012). Além disso, o centro histórico é o lugar onde se concentram grande quantidade de bares, pousadas, bancos e restaurantes que se misturam com os grandes sobrados de arquitetura colonial, que abrigam parte das repúblicas estudantis, a exemplo da Rua Paraná (Figura 11), que abriga uma variada gama de comércios e serviços e abriga cinco repúblicas estudantis, sendo uma delas uma das principais e mais antigas Repúblicas ouro-pretanas, a Aquarius fundada em 1969 (Figura 12).

A relação entre as repúblicas e o patrimônio em que as mesmas estão inseridas é determinada por estatuto legal, onde é dever dos estudantes zelar pela moradia, podendo haver punições por qualquer dano causado à residência. O espírito de responsabilidade com o patrimônio é um vínculo comunitário, que exige solidariedade e cidadania dos republicanos, que acaba por influenciar em uma formação mais humana daqueles que se propõem a morar nessas residências (SOUZA, 2012).

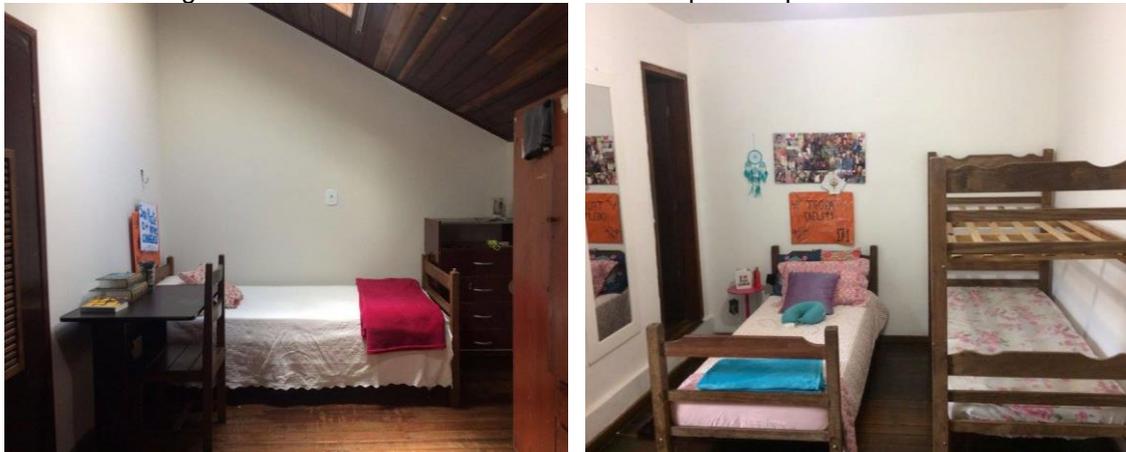
Essas casas são reapropriadas e transformadas de acordo com a necessidade dos moradores, que podem conter ambientes para festas, quadras esportivas, bibliotecas, salas de filmes, e etc. Como exemplo temos a república feminina 171, que localiza-se ao lado da Igreja de Nossa Senhora da Conceição, onde o sobrado de 4 andares foi reorganizado para receber 5 quartos, 5 banheiros, sala de TV, Sala com lareira, Sala de jantar, sala de estudos, quintal, área de serviço e garagem (Figuras 13 a 16).

Figura 13 - Fachada da República feminina 171 e bandeira da casa.



Fonte: <https://www.facebook.com/republica.umseteum.9/>. Acesso em: 04 abr. 2019.

Figura 14 - Quarto individual no 4º andar e quarto triplo no 3º andar.



Fonte: <https://www.facebook.com/republica.umseteum.9/>. Acesso em: 04 abr. 2019.

Figura 15 - Sala de TV



Fonte: <https://www.facebook.com/republica.umseteum.9/>. Acesso em: 04 abr. 2019.

Figura 16 - Sala de estudos.



Fonte: <https://www.facebook.com/republica.umseteum.9/>. Acesso em: 04 abr. 2019.

Devido as poucas opções de lazer e entretenimento, principalmente na parte da noite, na cidade de Ouro Preto, as jovens moradoras da 171 utilizam a casa para fazer sociais, festas, encontros entre amigos e para estreitar a relação com as outras repúblicas também. O acesso à república é permitido para visitantes, família, amigos e ex-alunos o que em muitos casos é um fator positivo, pois não sujeita as estudantes ao confinamento.

Nos sites das outras repúblicas foi possível encontrar depoimentos de pais bastante felizes e satisfeitos com as casas estudantis e com o convívio que elas proporcionam aos filhos, o que tranquiliza-os por terem que deixar os filhos partirem. No site da república TOKA, outra casa feminina, fundada em 1974, Cristiane Carvalho, mãe de uma das alunas, deixa o seu agradecimento: “Quando nossos filhos começam a alçar seus primeiros voos com as próprias asas, logo vem a preocupação de como

será esse novo ninho ao qual eles vão se (re) aconchegar. E pra nossa filha Giovana (CPF) não teve “ninho” melhor que a TOKA. Conhecemos pessoalmente essa maravilhosa República bem como todos os membros desta linda família, meninas espetaculares, cada uma com suas peculiaridades, sempre com sorriso no rosto e uma palavra amiga. Obrigada TOKA, pela recepção, pelo aconchego e, principalmente pelo novo “ninho” dado a nossa filha”⁵.

É dessa forma que cidades históricas estão reinventando seus usos e reestruturando suas áreas urbanas degradadas, fazendo uma modernização dos valores, significados e ações, transformando-os em uma nova “lógica interpretativa da intervenção” (FORTUNA, 1997, p. 234). É quando o projeto urbanístico torna-se o meio para determinar novos usos da cidade, ressignificando os espaços, assim como foi feito pelas repúblicas estudantis, que constituíram suas “formas próprias de sociabilidades, hábitos e práticas sociais, tornando-se então um lócus identitário enunciatário de estilos de vida distintos em Ouro Preto” (SOUZA, 2012, p. 204).

⁵ Disponível em: https://www.facebook.com/pg/reptoka/reviews/?ref=page_internal. Acesso em: 04 abr. 2019.

6. ESTUDO DE CASOS

Para efeito de comparação e contextualização dos requisitos necessários à elaboração de um projeto de residência estudantil, foram selecionados dois estudos de caso para serem analisados, sendo escolhida a **Casa do Estudante de Pernambuco – CEP**, por motivos da facilitação de acesso, por estar nas áreas centrais da cidade do Recife e, como se viu, por representar a realidade estudantil do país, com as características culturais e governamentais próprias do Estado brasileiro. O segundo estudo de caso será feito na **Doorm Residência de Estudantes**, situado no centro da cidade de Lisboa, Portugal. Projeto de retrofit da antiga fábrica de vidros que estava em grande parte destruída e foi restaurada para dar abrigo a uma moradia estudantil particular, que não possui vínculos com nenhuma instituição de ensino.

Em visita guiada através do ex-presidente da CEP Wisklley Guimarães, o qual prestou todas as informações requeridas, e disponibilizou todas as plantas presentes nesse capítulo, foi possível analisar o modo de vida e as necessidades sentidas pelos sócios moradores da instituição governamental e pudemos verificar o andamento das obras da casa feminina, entender sobre sua capacidade e disposição. As plantas da CEP disponibilizadas datam de 1999, do então projeto de reforma realizada na casa, que só foi concluído em 2004. O projeto da casa feminina, pertencente à mesma instituição é do ano de 2014 e ainda encontra-se em obras.

O estudo de caso internacional foi realizado através de pesquisa online, em sites especializados, voltados para a área de arquitetura.

6.1. Casa do Estudante de Pernambuco – CEP

Atualmente, a casa do estudante de Pernambuco abriga, no prédio principal, aproximadamente 140 sócios, em um edifício de 3 pavimentos (Figuras 17 e 18), composto por 43 dormitórios com 2 a 6 pessoas por ambiente. Conta ainda com dois prédios anexos que contemplam o setor administrativo e biblioteca, além das áreas de serviço e de estudos.

Figura 17- Perspectiva da edificação da CEP em projeto de reforma



Fonte: Acervo CEP (1999).

Figura 18 - Fachada da CEP

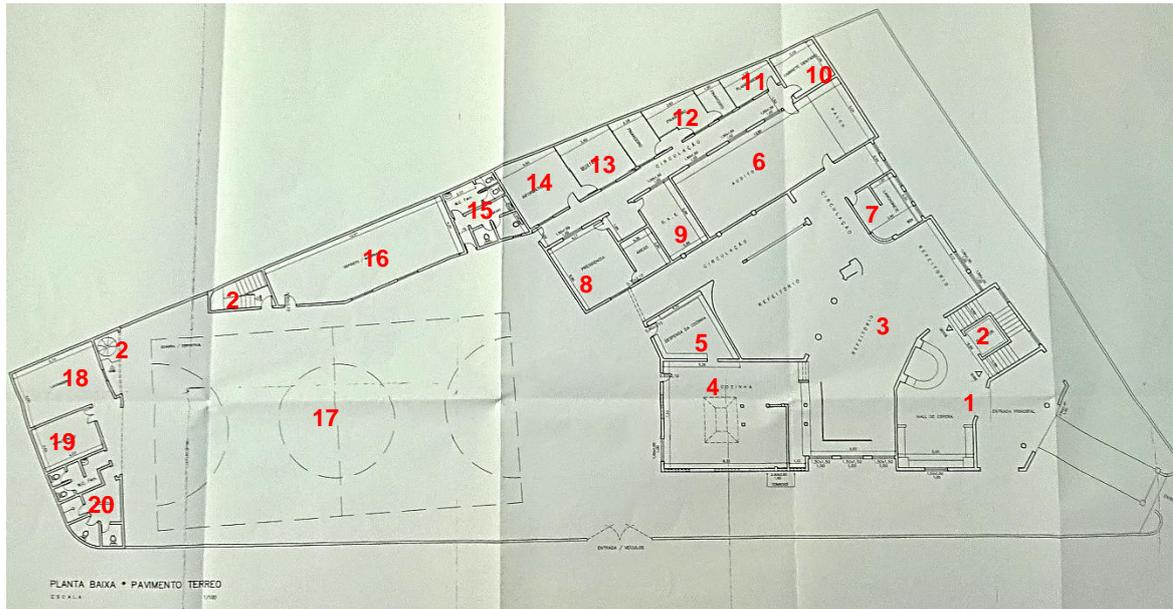


Fonte: Autora (2019).

No pavimento térreo (Figura 19) localizam-se as áreas de refeitório, auditório, lazer, administração e lavanderia. A cozinha da edificação é utilizada por empresa terceirizada, onde são preparadas as 3 refeições diárias para os sócios, funcionando de segunda a sábado. Para outros tipos de refeição, os moradores utilizam copas improvisadas em cada um dos pavimentos. O refeitório pode ser usado tanto pelos sócios moradores quanto pelos sócios flutuantes⁶ e visitantes. Nem todos os serviços se localizam no prédio principal e, por isso, os sócios flutuantes precisam atravessar o lote, passando pela recepção, refeitório e quadra de esportes, para acessar a sala de estudos e biblioteca que ficam nos primeiros andares dos prédios anexos, como é representado pelo fluxograma do pavimento térreo (Figura 20).

⁶ A CEP realiza seleções anuais para novos membros, que podem ser moradores (sexo masculino), ou apenas sócios flutuantes (ambos os sexos), que utilizam dos serviços oferecidos pela casa, como vale refeição, consultas médicas e odontológicas, salas de estudos, biblioteca, etc.

Figura 19 - Planta do pavimento térreo da CEP

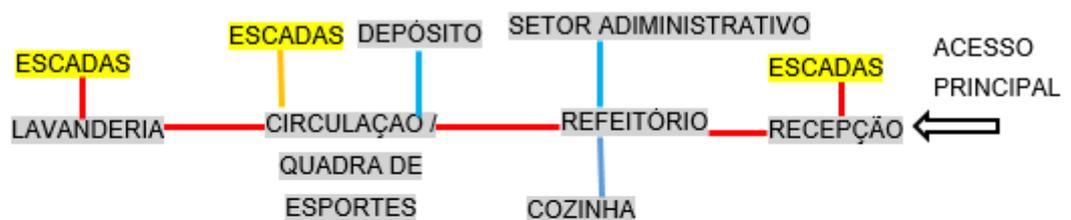


Fonte: Acervo CEP (1999).

Legenda:

- | | |
|--------------------------------------|----------------------------------|
| 1 – Entrada principal/hall de espera | 11 – Planejamento |
| 2 – Elevador/Escadas | 12 – Financeiro |
| 3 – Refeitório | 13 – Secretaria |
| 4 – Cozinha | 14 – Informática |
| 5 – Despensa | 15 – Sanitários dos funcionários |
| 6 - Auditório | 16 – Depósito Material |
| 7 – Lanchonete | 17 – Quadra esportiva |
| 8 – Presidência | 18 – Lavanderia |
| 9 – D.A.E | 19 – Manutenção |
| 10 - Odontologia | 20 – Sanitários dos visitantes |

Figura 20 - Fluxograma pavimento térreo



Legenda:

- Fluxo baixo
- Fluxo médio
- Fluxo alto

Fonte: Autora (2019).

O acesso para os pavimentos superiores se dá por vários lances de escadas, pois o elevador encontra-se desativado devido à ausência de estrutura elétrica que

suporte o equipamento. Além disso, não há rampas associadas a estas circulações, em desacordo com o solicitado no item 6.7 da NBR 9050/2015. Assim como os sanitários coletivos não possuem boxes acessíveis ao portador de cadeiras de rodas, pois são antigos, com largura das portas insuficientes, louça sanitária inadequada e ausência de barras de apoio, em desacordo ao que solicita a lei de acessibilidade, portanto se houver algum sócio com necessidades especiais de locomoção, a CEP não dispõe de ambientes nem rotas acessíveis, impossibilitando a estadia (Figuras 21 a 24).

Item 7.10 - O sanitário coletivo pode ter um boxe acessível, para uso preferencial de pessoas em cadeira de rodas, além do com entrada independente. Para tanto, deve garantir área de circulação, manobra e aproximação para o uso das peças sanitárias (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2015, p.102).

Visitas ou parentes não são permitidos nos alojamentos, podendo apenas circular pelos ambientes comuns. No caso das mães dos moradores, sob comunicado ao responsável da casa, é permitido apenas que as mesmas entrem nos quartos para ajudar na limpeza, não podendo permanecer durante a noite. Segundo o ex-presidente, é intenção da atual gestão elaborar o projeto de um ambiente para que as mães possam passar a noite na CEP.

Figura 21 - Sanitários coletivos da CEP



Fonte: Autora (2019).

Figura 22 - Boxe com bacia sanitária do tipo turca sobre apoio



Fonte: Autora (2019).

Figura 23 - Boxe do chuveiro não permite a entrada de cadeirantes



Fonte: Autora (2019).

Figura 24 - Referência de boxe acessível para sanitário coletivo

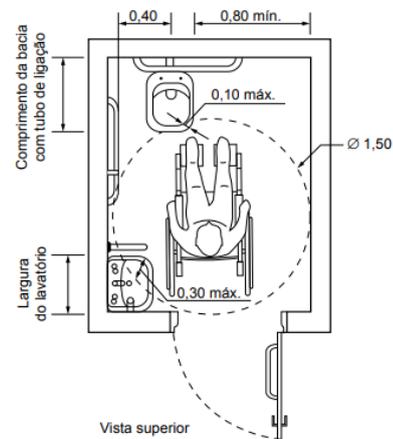


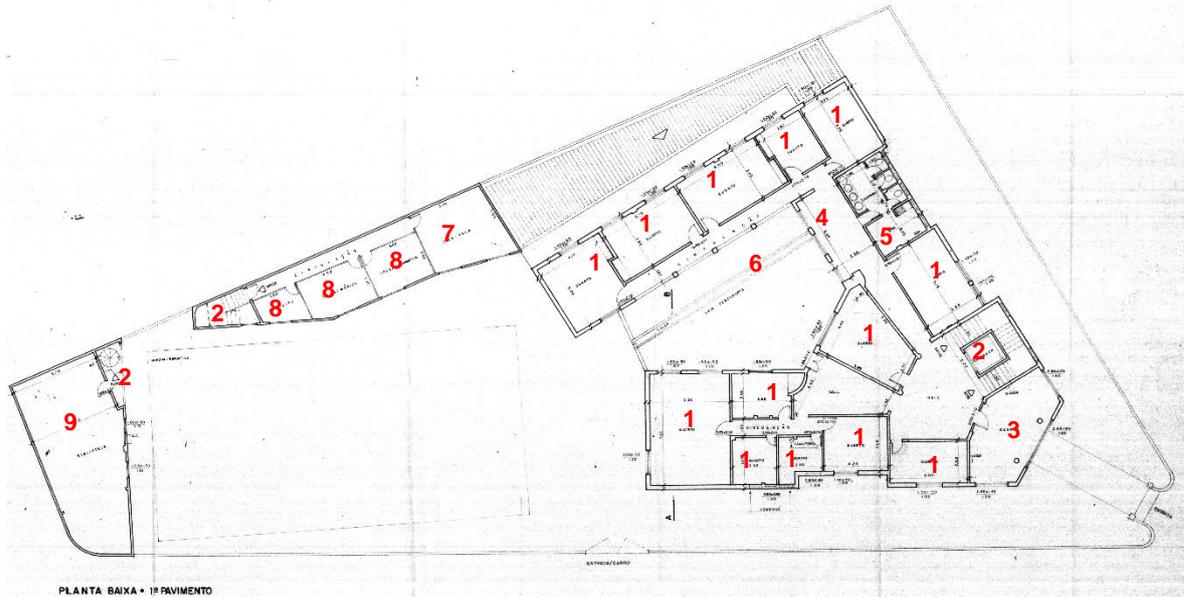
Figura 99 – Medidas mínimas de um sanitário acessível

Fonte: NBR 9050 (2015, p. 87).

Nos pavimentos superiores (Figuras 25 e 26) existem quartos, que variam de tamanho e quantidade de moradores, em condições muitas vezes inadequadas para abrigar os estudantes devido à insuficiência de espaço. Nos quartos maiores, foi possível encontrar utensílios domésticos trazidos pelos moradores, além das camas beliche e guarda-roupas, presentes em todos os dormitórios (Figura 27 a 29). Cada pavimento apresenta um sanitário coletivo, com boxes para chuveiros e bacias sanitárias que, como já comentado, não estão adequados para o uso por pessoas com mobilidade reduzida. Cada andar possui ainda salas de vídeo e as copas improvisadas para dar suporte aos moradores em refeições rápidas, visto que a cozinha é fechada aos finais de semana, as mesmas não possuem mesas ou fogão, o que restringe a alimentação dos sócios ao que pode ser feito em microondas e os leva a ter que fazer a refeição dentro dos quartos ou descer até o refeitório. Devido à ausência de espaço adequado para a lavanderia, os moradores são obrigados a improvisar varais pela casa (Figuras 30 a 32).

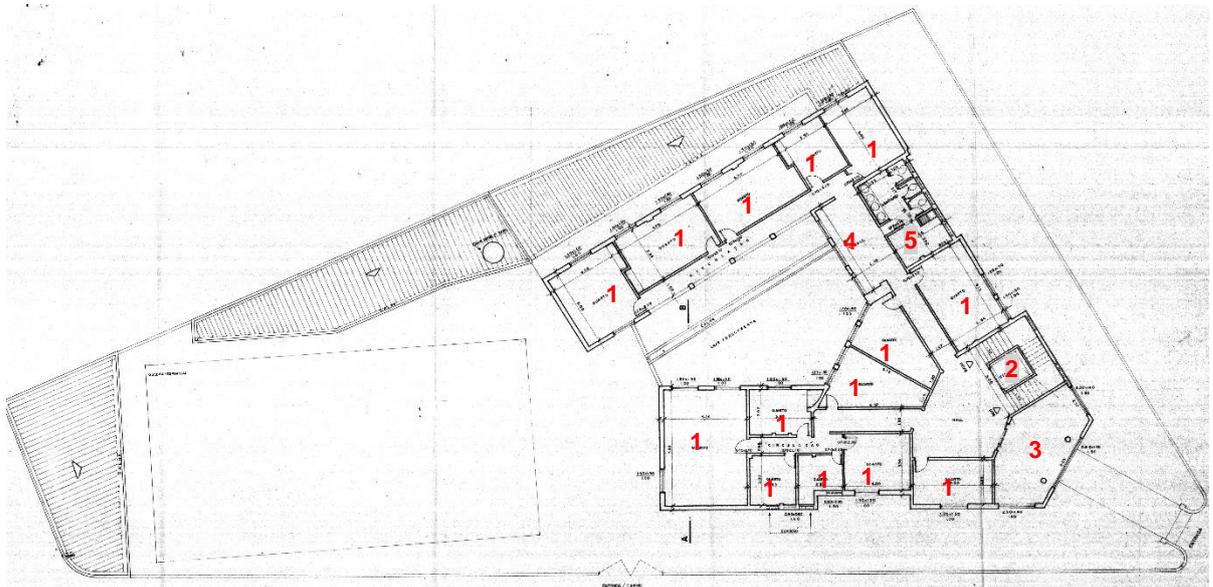
Nos primeiros pavimentos dos prédios anexos, existe ainda a sala de estudo para visitantes/sócios, biblioteca e as salas onde foram adaptados quartos para 3 meninas, que são sócias da CEP. Contudo não detém poder aquisitivo para custear um aluguel na cidade, e que por esse motivo foram alojadas temporariamente em um dos prédios anexos até as obras da casa da estudante finalizarem.

Figura 25 - Planta 1º pavimento da CEP



Fonte: Acervo CEP (1999).

Figura 26 - Planta 2º pavimento da CEP



Fonte: Acervo CEP (1999).

Legenda:

- | | |
|----------------------|---------------------------------------|
| 1 – Quarto | 6 - Pátio |
| 2 – Elevador/Escadas | 7 – Biblioteca |
| 3 – Sala de vídeo | 8 – Quarto improvisado para moradoras |
| 4 - Copa | 9 – Sala de estudos |
| 5 – Sanitários | |

Figura 27 - Quarto duplo com área insuficiente.



Fonte: Autora (2019).

Figura 28 - Quarto quádruplo possui copa improvisada



Fonte: Autora (2019).

Figura 29 - Quarto quádruplo possui copa improvisada



Fonte: Autora (2019).

Figura 30 - Copa improvisada no corredor dos quartos



Fonte: Autora (2019).

Figura 31 - Roupas secando no corredor da casa



Fonte: Autora (2019).

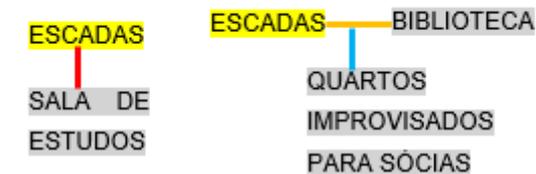
Figura 32 - Roupas secando dentro dos quartos



Fonte: Autora (2019).

Os fluxogramas desenvolvidos ajudam a entender que os fluxos da CEP, por vezes se torna confuso, devido à locação das salas coletivas (para sócios moradores e sócios flutuantes) nos prédios anexos nos fundos do lote, fazendo com que todos tenham que percorrer por dentro da casa para chegar nestas áreas (Figuras 33 e 34).

Figura 33 - Fluxograma 1º pavimento prédios anexos



Legenda:

- Fluxo baixo
- Fluxo médio
- Fluxo alto

Figura 34 - Fluxograma prédio principal 1º e 2º pavimentos



Fonte: Autora (2019).

Para arrecadar verbas extras para a manutenção da casa, os moradores realizam eventos abertos à população como torneios de futebol, festas juninas,

aniversário da casa. Contudo, o ex-presidente Wiskley ressaltou a dificuldade apresentada para realização de tais eventos, que necessitam do aval da prefeitura, por meio de pagamento, e da boa vontade dos prédios vizinhos para a sua realização, o que acaba prejudicando a manutenção ou as obras da casa, visto que o repasse de verbas pelo estado nem sempre é regular.

Durante o percurso, alguns dos sócios falaram sobre a vivência na casa e os motivos por terem escolhido morar lá. Everton Gomes, natural da cidade Ipubi, interior do estado, afirmou que escolheu morar na casa pois segundo ele “não possui condições financeiras de manter-se na capital pra estudar. E a casa, além de oferecer uma excelente assistência aos estudantes vindos do interior, ela é bem localizada”. Francisco Ferreira, também natural de Ipubi, completou afirmando que a CEP é “uma boa opção de apoio estudantil para pessoas de baixa renda”.

Questionados sobre os pontos positivos da casa, os mais apontados foram a convivência entre diferentes tipos de pessoas, a localidade, por ser central, e por disponibilizar espaços que priorizam o estudo e a segurança. Já quando questionados sobre o que poderia ser melhorado, tanto na estrutura física quanto na assistência estudantil, Francisco Ferreira (Ipubi - PE) e Mathias Regis (Carpina – PE) concordam que a casa necessita de reparos físicos, tanto externos quanto internos, como por exemplo as instalações elétricas, revestimentos, forro e o concerto do elevador e que para uma efetiva política assistencialista deveria haver um maior e melhor apoio do estado. Quanto ao que foi observado na visita, é notório que a casa necessita de reparos e de uma melhor manutenção. Por ser uma casa antiga, muitos ambientes tiveram que ser adicionados conforme as necessidades dos sócios. Ao longo do tempo, foram implantadas as copas, salas de estudo, quartos para sócias, etc. A casa não garante uso apropriado para qualquer pessoa que pretende se candidatar a uma vaga, pois não possui rotas nem ambientes acessíveis.

Alguns pontos puderam ser analisados como preponderantes para uma melhor vivência na casa: poderia haver copas em cada pavimento, disponibilizando mobiliário e equipamentos adequados para seu funcionamento, como mesas e armários; sanitários deveriam ter suas louças renovadas, para garantir melhor conforto aos usuários; a quantidade de moradores deveria ser adequada às áreas dos quartos; garantir área apropriada para secagem de roupas; rota coberta de acesso às salas coletivas (biblioteca e salas de estudo); concerto do elevador e reformas nas circulações e ambientes para garantir o mínimo exigido pelo Estatuto da Pessoa com

Deficiência e estabelece que nesses tipos de estabelecimento devem disponibilizar 10% de seus dormitórios acessíveis.

6.1.1. Casa Feminina

O prédio onde irá funcionar CEP feminina foi doado pelo Instituto Federal de Pernambuco, pertencente à União, onde um dia funcionou o escritório do reitor do mesmo instituto, mas que se encontrava abandonado. A casa será vizinha à CEP masculina, com ligação entre as duas por um acesso na área da quadra esportiva. Quando terminada, irá possuir capacidade para abrigar 50 meninas, em 13 quartos, que irão usufruir dos mesmos serviços oferecidos pela CEP existente, como todo o programa assistencialista, auxílio alimentação, moradia, etc.

A data do projeto de reforma da casa é de 2014, contudo as obras ainda não possuem previsão de término (Figuras 35 e 36). A antiga edificação sofreu acréscimos em sua área, para comportar todos os quartos previstos e a sala de estudos e lavanderia. O térreo contará com estacionamento, voltada para a rua Amaury de Medeiros, onde será a entrada principal. Neste mesmo pavimento haverá a recepção, juntamente com a sala de estar das sócias moradoras, 02 sanitários coletivos, 01 copa e 07 quartos, em todo o perímetro da residência, e a escada de acesso ao primeiro pavimento que pontua o centro desta área. A área externa da casa conta com pátio para convívio, sala de estudos, 01 sanitário e a lavanderia (Figura 37).

Figura 35 - CEP feminina em obra



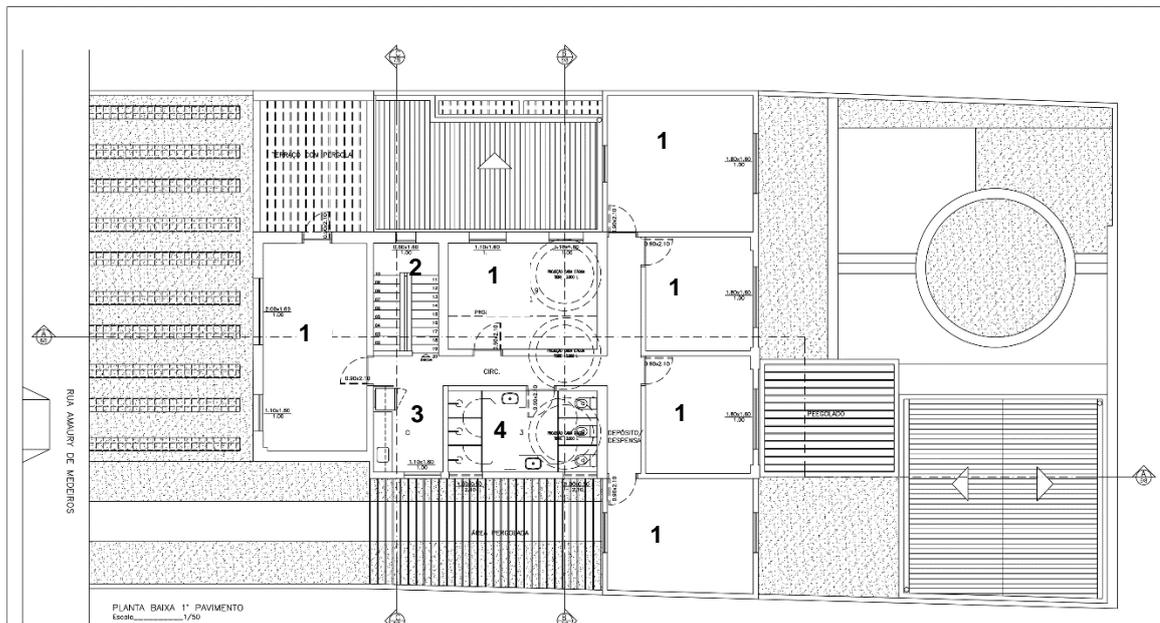
Fonte: Autora (2019).

Figura 36 - CEP feminina em obra, fachada para a Rua Amauri Medeiros



Fonte: Autora (2019).

Figura 38 - Planta baixa 1º pavimento da CEP feminina



Fonte: Acervo CEP (2014).

Legenda:

- 1 – Quarto
- 2 – Escada
- 3 - Copa
- 4 – Sanitários

A opção pela ausência de mobiliário adequado nas copas das casas, restringe que a refeição seja feita no refeitório geral, localizado no térreo da casa original; os quartos são distribuídos de forma que todos tenham iluminação e ventilação natural, com os sanitários coletivos próximos a eles, assim como as copas. A sala de estudos foi isolada das dependências da casa e da rua, ficando próxima a lavanderia, o que pode gerar incômodo nos momentos de funcionamento das máquinas deste setor.

Diferentemente da CEP masculina, a casa feminina dispõe de quartos térreos, de maneira que se houver sócias com mobilidade reduzida, as mesmas poderão utilizar estas dependências. Também existe a tentativa de implantar um boxe acessível dentro do sanitário coletivo do térreo. Contudo, mesmo com a abordagem utilizada, que difere da CEP masculina e facilita a estadia de pessoas com mobilidade reduzida, a casa não contempla um projeto que dispõe de uma rota nem ambientes acessíveis.

O que pode ser notado nos fluxos (Figura 39 e 40) foi que o único acesso das moradoras para a casa principal será através da quadra de esportes, que não possui sequer uma passagem coberta para chegar até o refeitório, por exemplo. Já dentro da

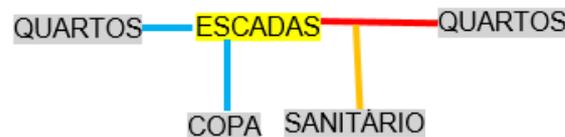
casa a sala de recepção/estar será o ponto de maior fluxo da casa, o que dificultará por exemplo, assistir TV neste ambiente. A sala de estudos por se localizar na área externa da casa, terá que conviver com os fluxos gerados no pátio de convívio, único ambiente de lazer da casa e da lavanderia.

Figura 39 - Fluxograma pavimento térreo CEP feminina



Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Figura 40 - Fluxograma 1º pavimento CEP feminina



Legenda:

- Fluxo baixo
- Fluxo médio
- Fluxo alto

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Desta forma foi possível analisar que apesar de ambas as casas pertencerem a mesma instituição estadual e desfrutarem dos mesmos serviços, a casa feminina será dependente da casa masculina, visto que todos os serviços, inclusive o de refeição continuará apenas na casa originária, obrigando as sócias a se deslocarem da sua residência.

A CEP feminina contemplará um número muito menor de dormitórios que a masculina, com quartos igualmente superlotados, visto que deve abrigar entre 3 a 4

peças por ambiente. Ambas as casas não garantem uma estadia adequada, pois não respeitam a individualidade e privacidade dos moradores.

6.2. Doorm Residência de Estudantes – Lisboa

O edifício, projetado pelo arquiteto Luís Rebelo de Andrade, era uma antiga fábrica de vidros, e transformou-se na primeira residência de estudantes do centro de Lisboa a qual não possui vínculo com nenhuma instituição estudantil. Grande parte da edificação apresentava-se destruída, então teve sua fachada recuperada e sua antiga chaminé de tijolos mantida (Figuras 41 e 42). O prédio, agora, conta com 58 quartos e 7 pavimentos, com diferentes tipologias para satisfazer as necessidades dos moradores.

Figura 41 - Fachada da edificação



Fonte: Archdaily (2016).

Figura 42 - Chaminé restaurada da antiga fábrica



Fonte: Archdaily (2016).

Localiza-se na área histórica da cidade, que é contemplada por uma gama de serviços e comércio, o que acaba sendo um atrativo para os estudantes que resolvem se mudar para a cidade. A recuperação da fachada foi meramente estética, com a adoção de uma “casca” estruturada por elementos metálicos, buscando-se a integração com o restante do bairro, primando pelo valor simbólico (Figura 43).

Existem dois prédios (Figura 44):

“um que se mantém por trás da fachada pré-existente, e outro que liga ao beco do carrasco que, pela sua forma em L, se destaca dos muros em volta.

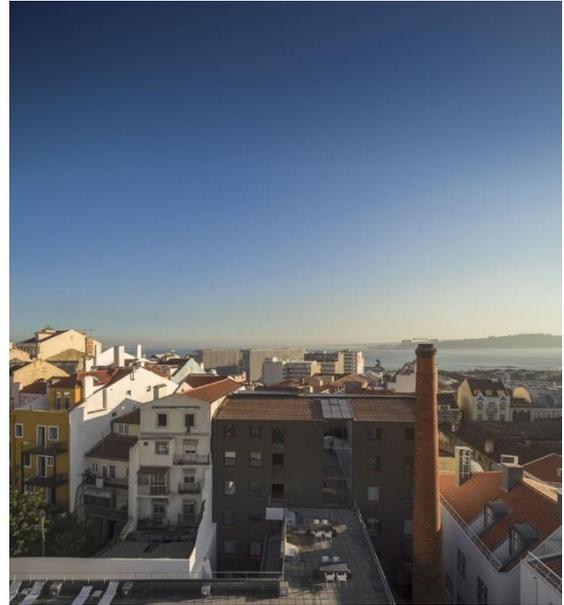
Nestes intervalos com o vizinho, surgem pátios ajardinados para os quais se viram as funções sociais do edifício” (ARCHDAILY, 2016).

Figura 43 - Fachada restaurada presa ao prédio novo pela estrutura metálica



Fonte: Archdaily (2016).

Figura 44 - Vista posterior da fachada mostrando os novos prédios



Fonte: Archdaily (2016).

Segundo Campetti (2017), foi utilizado na fachada principal azulejo amarelo como material principal, visto que é o mesmo componente presente nas fachadas vizinhas. Já nas faces do interior do quarteirão foi usada chapa metálica ondulada para que houvesse a relação com o passado industrial do prédio, onde os vidros foram usados para trazer modernidade. Contudo, pode-se perceber que o ritmo presente nas janelas da fachada restaurada foi obtido em função de uma continuidade existente no restante do edifício, mesmo que em diferentes estilos (Figuras 45 e 46). Nas circulações foram utilizados azulejos que são tradicionais em Portugal e o uso da cor branca é predominante (Figura 47).

Figura 45 - Fachada restaurada com azulejos com ritmo presente nas janelas



Fonte: Archdaily (2016).

Figura 46 - Fachadas dos novos prédios mantendo o ritmo das janelas



Fonte: Archdaily (2016).

Figura 47 - Circulações internas com azulejo português e cor branca

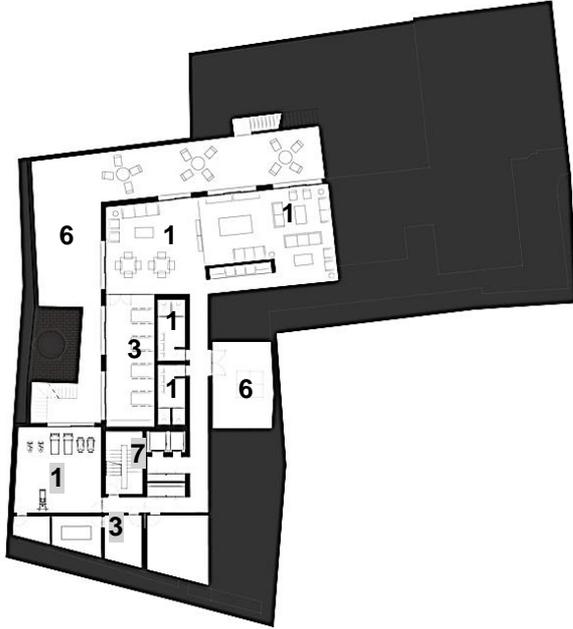


Fonte: Archdaily (2016).

O prédio foi zoneado de forma que há uma concentração de áreas de serviço como refeitório, sala para estudo, academia e pátios de convivência no subsolo (Figura 47). Já no térreo estão locados serviços administrativos, lavanderias e quartos (Figura 48) e os demais andares são exclusivamente para dormitórios (Figuras 49 e 50). As circulações verticais são vencidas por escadas e elevadores que contemplam

todos os andares da moradia, possibilitando a estadia de estudantes com mobilidade reduzida.

Figura 48 - Planta baixa do subsolo



Fonte: Archdaily (2016).

Figura 49 - Planta baixa pavimento térreo



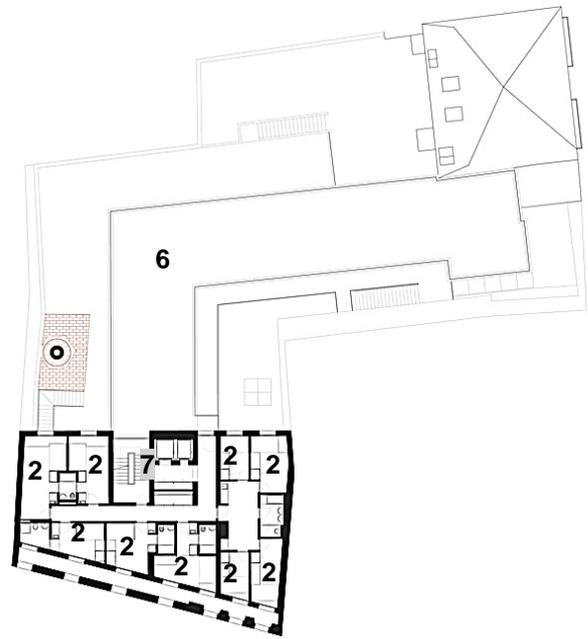
Fonte: Archdaily (2016).

Figura 50 - Planta baixa pavimento tipo 1



Fonte: Archdaily (2016).

Figura 51 - Planta baixa pavimento tipo 2



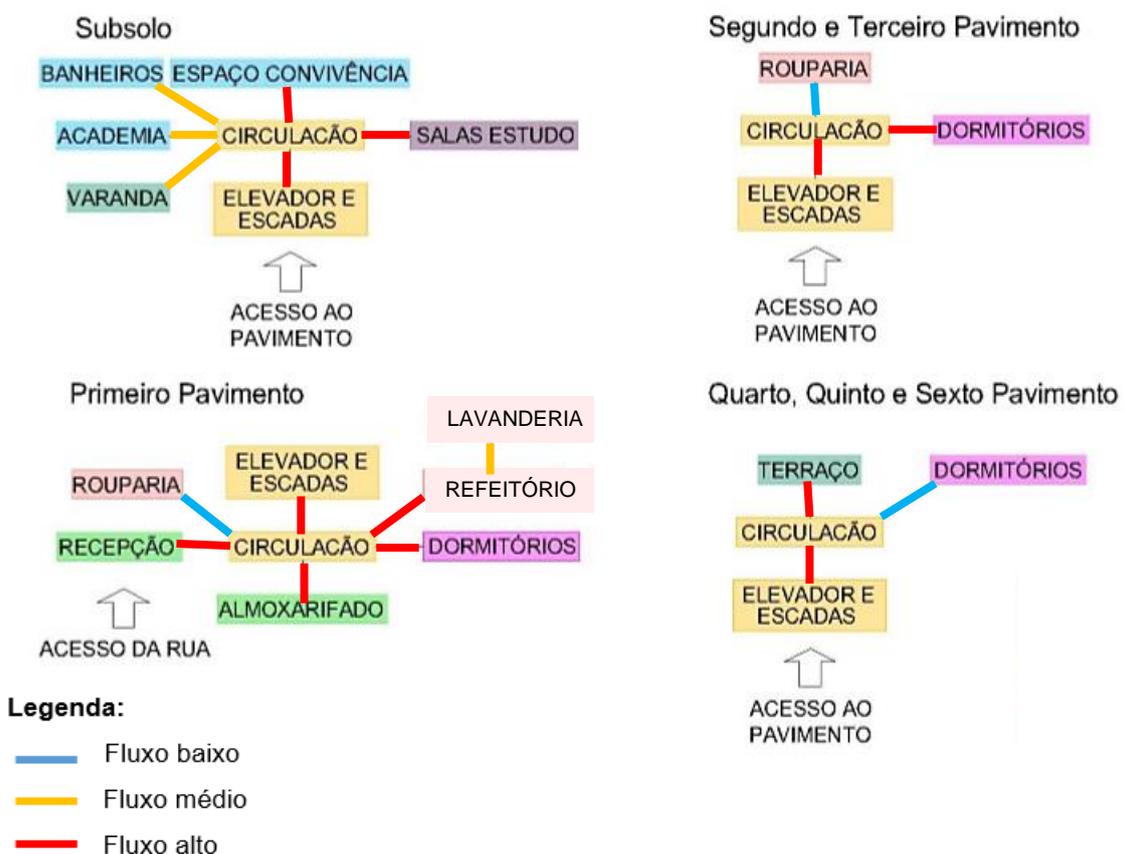
Fonte: Archdaily (2016).

Legenda:

- 1 – Social e lazer
- 2 – Íntimo
- 3 - Estudo
- 4 – Serviço
- 5 - ADM
- 6 - Espaços abertos
- 7 – Escada/Elevador

Foi possível realizar um fluxograma a partir da conexão e percursos realizados entre os ambientes (Figura 52). O projeto lança as áreas de lazer e estudo para o subsolo, preservando-as dos fluxos dos quartos e ainda proporcionando a vista dos pátios abertos e da chaminé a quem ali se encontra estudando ou se exercitando. Já o pavimento térreo é o que concentra o maior fluxo de pessoas e serviços, pois é o primeiro acesso a quem chega da rua e obrigatoriamente passa pelas salas administrativas e por alguns dos quartos para acessar as demais partes da moradia. Ainda neste pavimento é onde se localizam as áreas de lavanderia, rouparia, vestiário e refeitório, o que acarreta no fluxo intenso passando pelos quartos desse andar. Do 1º ao 6º pavimento o fluxo é específico para os dormitórios, pois não existem áreas de serviços comuns, apenas um refeitório, que serve exclusivamente para os moradores de cada um dos respectivos andares. O último pavimento recebe o fluxo de alguns quartos e das pessoas que desejam apreciar a vista e o espaço livre do pátio superior, que oferece uma vasta área de lazer.

Figura 52 - Fluxograma Doorm



Fonte: Autora (2019).

6.3. Análise comparativa do estudos de casos

O que se pôde perceber a partir dos estudos de casos, é que além da visível discrepância de investimentos realizados em moradias estudantis nas duas cidades e a importância dada por ambas a este tipo de residência, fica claro que por se localizarem em centros históricos e geográficos das cidades em questão, existe um elevado atrativo para estudantes que vem de outras regiões optarem por residir nestas moradias.

A moradia estudantil do Recife, assim como a de Lisboa, não pertence a nenhuma instituição de ensino, e está voltada para qualquer estudante de ensino superior. Contudo, a residência brasileira, objeto deste estudo, no momento recebe apenas estudantes do sexo masculino e improvisa 01 quarto feminino, enquanto a portuguesa trabalha com um público misto, o que resulta em ambientes íntimos com propostas diferentes para cada tipo de morador. Enquanto a CEP possui todos os seus quartos coletivos, muitas vezes sem que as dimensões destes espaços sejam compatíveis com o número de usuários e sanitários coletivos, a Doorm possui quartos individuais ou duplos e sanitários compartilhados por até dois dos moradores.

Ambas as casas possuem áreas de lazer, de estudos e de serviços como lavanderia e refeitórios coletivos. No caso dos refeitórios, a CEP possui apenas um grande espaço que recebe todos os sócios nas refeições diárias, e oferece apenas copas improvisadas por andar para realização de refeições rápidas. Já a Doorm possui um refeitório completamente equipado por andar, o que permite os moradores não precisarem se deslocar entre andares para se alimentar ou improvisar copas dentro dos quartos. Os ambientes de lazer procuram trazer integração entre os moradores na Doorm, com espaços amplos, mobiliados com mesas grandes. Na CEP, a área de lazer conta com uma quadra, que traz a interação através do esporte, contudo não possui áreas de descanso e contemplação.

Com relação aos fluxos, a CEP sofre por possuir todos os ambientes de serviço localizados no térreo, ocorrendo cruzamentos inconvenientes entre a vivência dos moradores e a utilização do refeitório, biblioteca e sala de estudos pelos sócios flutuantes. Já o que ocorre na Doorm, é um alto fluxo de pessoas no pavimento térreo, passando pelas áreas administrativas e algumas unidades de dormitórios que se localizam imediatamente após a entrada principal.

Foram observados usos conflitantes que se encontram próximos em ambas as residências, como por exemplo a academia ao lado da sala de estudos na moradia de Lisboa e a sala de estudo próximo à lavanderia nas duas unidades de Recife.

7. PROPOSTA DE PROJETO PARA MORADIA ESTUDANTIL

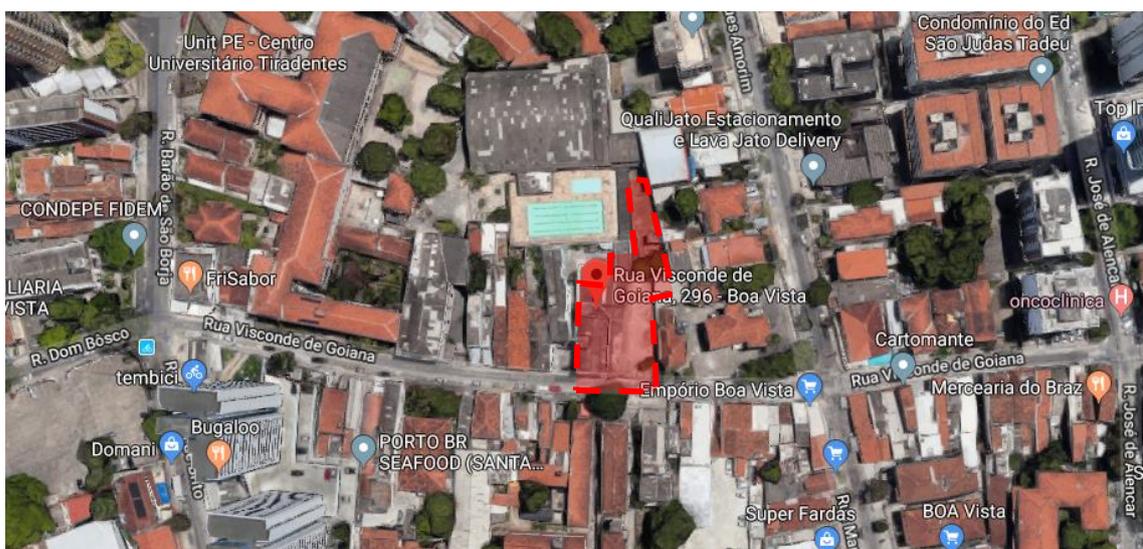
Neste capítulo será desenvolvida uma proposta de moradia estudantil feminina para a cidade do Recife, que surge da necessidade de um espaço para abrigar as estudantes de maneira digna e apropriada, pois, como analisado neste trabalho, a demanda de casas estudantis para esse público é escassa, onde as existentes são, em sua maioria, vinculadas a determinadas universidades, o que limita a participação para aquelas estudantes matriculadas nestas instituições.

Nos subcapítulos a seguir é justificada a escolha do imóvel para implantação da casa estudantil, assim como a sua localidade. A proposta se trata de uma requalificação de uso em um imóvel protegido em nível municipal, que se encontra sem uso. Serão tratados os aspectos históricos e legais do bairro, assim como as ações preservacionistas incidentes no imóvel por meio da legislação vigente, para posteriormente ser desenvolvido o anteprojeto da casa estudantil feminina.

7.1. Justificativa e escolha da localização

Para esta proposta projetual foi escolhido o edifício localizado na Rua Visconde de Goiana, nº 296, bairro da Boa Vista, Recife – PE (Figura 53). Trata-se do Imóvel Especial de Preservação (IEP) nº 234, transformado em patrimônio municipal no ano de 2014 através da Lei nº 18.046/2014, que regulamenta a Zona Especial De Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural - ZEPH 08 - Boa Vista.

Figura 53 - Localização do imóvel da Rua Visconde de Goiana, nº 296



Fonte: Google maps (2019). Acesso em: 25 set. 2019.

O bairro da Boa Vista é um dos mais antigos da cidade, faz parte da Região Política Administrativa 1 (RPA1), a qual se consolidou como polo econômico, pois concentra grande parte da oferta dos postos de trabalho, do comércio, dos serviços, das instituições e dos equipamentos culturais do Recife, o que lhe confere uma grande importância funcional e o caráter de centralidade urbana. Os bairros da Boa Vista, Recife, Santo Antônio, e São José possuem, juntos, a maior concentração de arsenal histórico da cidade, com 27 imóveis tombados em nível federal, 13 imóveis tombados em nível estadual e 28 Imóveis Especiais de Preservação (IEPs), protegidos em nível municipal, além de sítios históricos instituídos pelo valor do conjunto edificado.

Contudo, ao longo das últimas décadas, o centro histórico do Recife tem testemunhado a diminuição da sua população residente e a substituição de usos. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população residente no bairro da Boa Vista no censo de 1991 era de 17.059, mas no censo de 2000 era de 14.033, uma queda de 17,7 %. No censo de 2010, a população aumentou para 14.778, um crescimento de 5,3 %. Nos demais bairros do centro histórico, a relação também se manteve decrescente entre os anos de 1991 e 2000, e teve um pequeno aumento no censo de 2010.

Tabela 05 – Evolução do número de residentes do bairro da Boa Vista.

Período	Indicadores	Localidade	
		Boa Vista	Centro Histórico da Boa Vista
1991	Residentes	17.059	5.983
2000	Residentes	14.033	4.876
2010	Residentes	14.778	5.195
2000/1991	Varição %	- 17,7 %	-22,70%
2010/2000	Varição %	5,3 %	6,54%
2010/1991	Varição %	- 13,37	-13,17%

Fonte: Censo Demográfico IBGE 2010.

A diminuição da população residente pode ter várias causas, mas indica, dentre outras coisas, que o uso habitacional que antes estava presente no centro da cidade pode estar sendo substituído por outros usos, levando à substituição de domicílios por estabelecimentos comerciais, ou ainda o esvaziamento total ou parcial de imóveis, o que representa uma perda de vitalidade da área central fora dos horários comerciais e a subutilização da infraestrutura instalada, podendo colocar em risco a integridade dos imóveis que, esvaziados, dão lugar a um processo mais acelerado de degradação. (BERNARDINO, 2011, p.85)

De 2000 a 2010, a situação inverteu-se: o centro histórico teve um leve aumento populacional, período em que foram realizadas as ações do programa Morar no Centro com a recuperação de fachadas na Boa Vista e a requalificação do Edifício São José, convertendo os escritórios existentes em 56 apartamentos (BERNARDINO, 2010).

O adensamento habitacional do Sítio Histórico da Boa Vista é, muitas vezes, promovido por um mercado imobiliário informal, devido as suas áreas bem servidas de infraestrutura e equipamentos básicos, que atraem uma camada da população cujos rendimentos não permitem a inserção no mercado formal de habitações. Segundo Bernardino (2011), a moradia compartilhada e a coabitação por meio de alugueis de cômodos e domicílios coletivos estão presentes na Boa Vista desde o século XIX. Por sua diversidade cultural, social, étnica e econômica, que compõe o grupo de “forasteiros” que fazem do centro a sua morada, pode vir a ser um fator que causa esta atração habitacional.

Apesar disso, o bairro tem crescido e se transformado por um processo que nem sempre favorece a preservação da história de seu ambiente construído, como se vê na demolição de casas para a construção de edifícios residenciais. Diante dessa ameaça ao seu patrimônio edificado decorrente da evasão e da substituição populacional e construtiva, e das facilidades que o bairro oferece, foi determinada esta área para a implantação de uma casa estudantil feminina por meio da revitalização e requalificação de um imóvel histórico. A mesma estará próxima de faculdades, colégios, supermercado, farmácias e locada entre dois dos pontos de transportes mais importantes da cidade: a Avenida Agamenon Magalhães e a Avenida Conde da Boa Vista, estando a um raio de 600m (perímetro em tracejado vermelho na figura 54) para acessar os corredores de ônibus, tudo isso sem perder as características de morar em uma área tranquila, visto que o imóvel em questão se situa em uma rua estreita e de baixa movimentação de veículos.

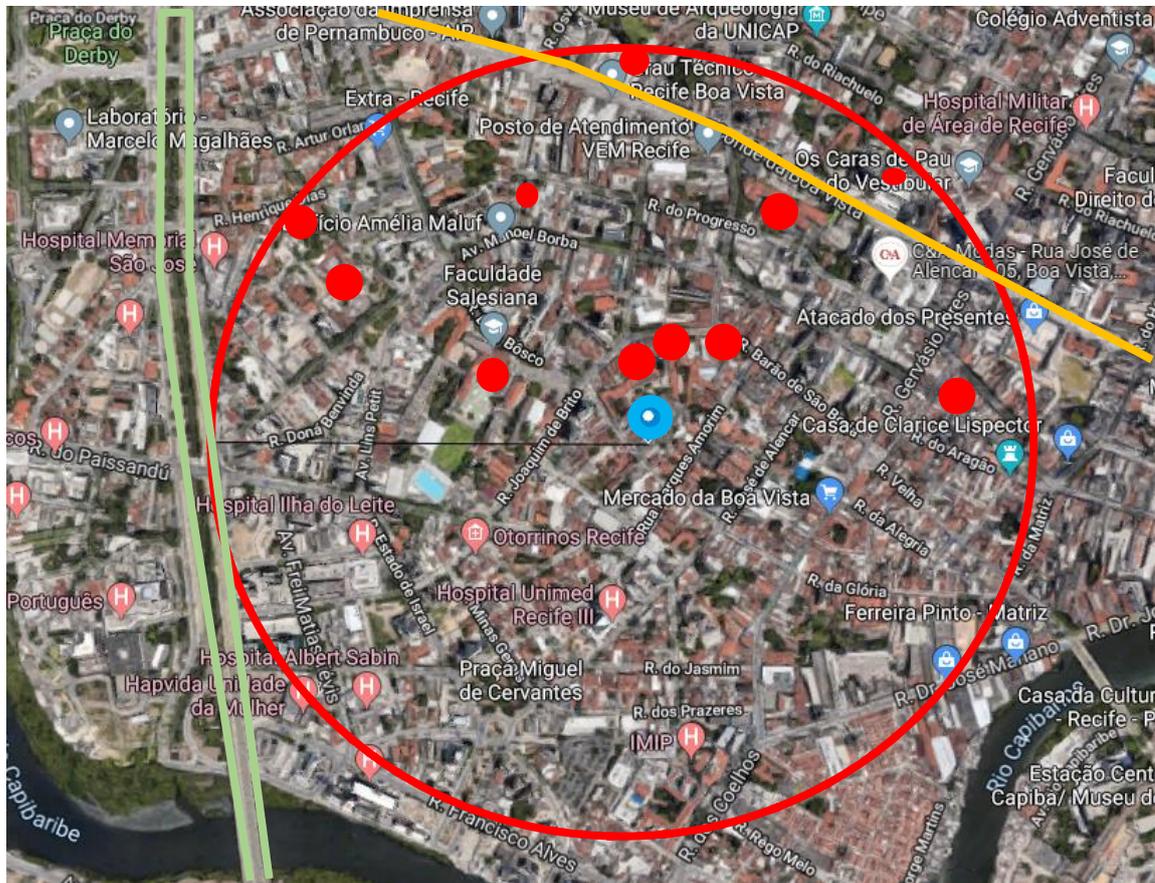
O objetivo foi facilitar o dia-a-dia das futuras moradoras, onde as mesmas pudessem pegar apenas um ônibus para qualquer universidade e conseguir acesso a pé a qualquer serviço, seja ele de saúde ou alimentação, proporcionando praticidade para a realização de alguma tarefa e à agilidade no deslocamento.

Como explana Bernardino (2011),

A constante substituição da população residente - decorrente de sucessivas “moradias transitórias” - pode ser considerada como um importante

componente da identidade habitacional do centro histórico e não como a falta de caráter habitacional. (BERNARDINO, 2011, p.179)

Figura 54 - Entorno do imóvel 296 da Rua Visconde de Goiana



Fonte: Google maps (2019). Acesso em: 26 set. 2019.

Legenda:

— Avenida Agamenon Magalhães

— Avenida Conde da Boa Vista

○ Raio de 600m da casa estudantil

● Faculdades/colégios/cursos

H Serviços de saúde

● Casa estudantil feminina

7.2. Conceitos de restauro e legislação específica.

O presente capítulo trata do significado do que é afinal a preservação do patrimônio, com foco na esfera do município do Recife sobre o que a literatura legal determina para a requalificação de usos para imóveis protegidos.

Preservar é manter vivos, mesmo que alterados, usos e costumes populares. É fazer, também, levantamentos, levantamentos de qualquer natureza, de sítios variados, de cidades, de bairros, de quarteirões significativos dentro do contexto urbano. É fazer levantamentos de construções, especialmente aquelas sabidamente condenadas ao desaparecimento decorrente da especulação imobiliária. Devemos, então, de qualquer maneira, garantir a compreensão de nossa memória social preservando o que for significativo dentro de nosso vasto repertório de elementos componentes do Patrimônio Cultural. Essa é a justificativa do “por que preservar” (LEMOS, 1981, p. 29).

Teóricos renomados como Cesare Brandi e Camilo Boito defendiam que os monumentos se mantivessem em uso, pois é a presença de usuários que permite maiores condições de percepção de problemas e, conseqüentemente, oferece maiores chances de oferecer os serviços de conservação necessários. Para estes teóricos, era imprescindível que, quando houvesse mudança de uso, que o novo uso fosse compatível com o imóvel. Defendiam, também, que os acréscimos e as alterações impostas aos imóveis deviam ser mantidos, desde que tivessem agregado valor. Caso contrário, tais intervenções poderiam ser eliminadas, desde que a eliminação não ocasionasse perdas ao imóvel.

Ligadas à questão do patrimônio estão ideias de conservação, restauração e intervenção. Segundo o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), conservar está ligado a ações preventivas para aumentar o tempo de vida dos imóveis. Restaurar é o tipo de intervenção capaz de devolver a funcionalidade ao imóvel, apresentando soluções técnicas aos danos e patologias existentes nele. Já intervenção é “toda alteração do aspecto físico [...], como serviços de manutenção, conservação, reforma, restauração, demolição, adaptação, etc.” (IPHAN, 2010, p.02).

Dentro dos serviços de uma intervenção, existe a requalificação, que é “o conjunto de operações destinadas a tornar apto o edifício a novos usos, diferente para o qual foi concebido” (IPHAN, 2005, p. 13), a qual, segundo Melo (2018, apud NETO, 1992) pode permitir uma economia de 20% no custo total da obra se comparado a uma demolição por completa do edifício existente e que requalificar um imóvel é a melhor maneira para assegurar sua conservação (MELO, 2018, apud, URIBE, 2016).

Para que isso seja possível e de fato garanta a conservação do bem tombado, o IPHAN, órgão responsável pela preservação em nível federal, determina parâmetros e restrições para a intervenção, que varia caso a caso, e é feito por representantes dos órgãos das instâncias envolvidas, pois cada caso “varia em conformidade com o nível de proteção legal, se federal, estadual ou municipal, e também de acordo com o

tipo de tombamento, se isolado, em conjunto ou apenas em área de entorno” (MELO, 2018, p. 30-31).

Tombamento isolado se dá quando um bem específico é tombado por possuir atributos considerados de significativo valor em sua totalidade, conferindo ao imóvel um conjunto maior de restrições para futuras intervenções. O monumento passa a ser considerado relevante não só como objeto arquitetônico, mas também como um elemento na paisagem, tornando necessário impor restrições também em seu entorno. O tombamento de conjunto possui certa similaridade com o tombamento isolado, porém numa escala maior. Visa preservar a paisagem construída por ser considerada de grande valor cultural (MELO, 2018, p.31).

Em Pernambuco, o órgão estadual responsável pela regulamentação do patrimônio do estado é a Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (FUNDARPE), cujo entendimento sobre as ações no patrimônio seguem de perto as definições estabelecidas pelo IPHAN.

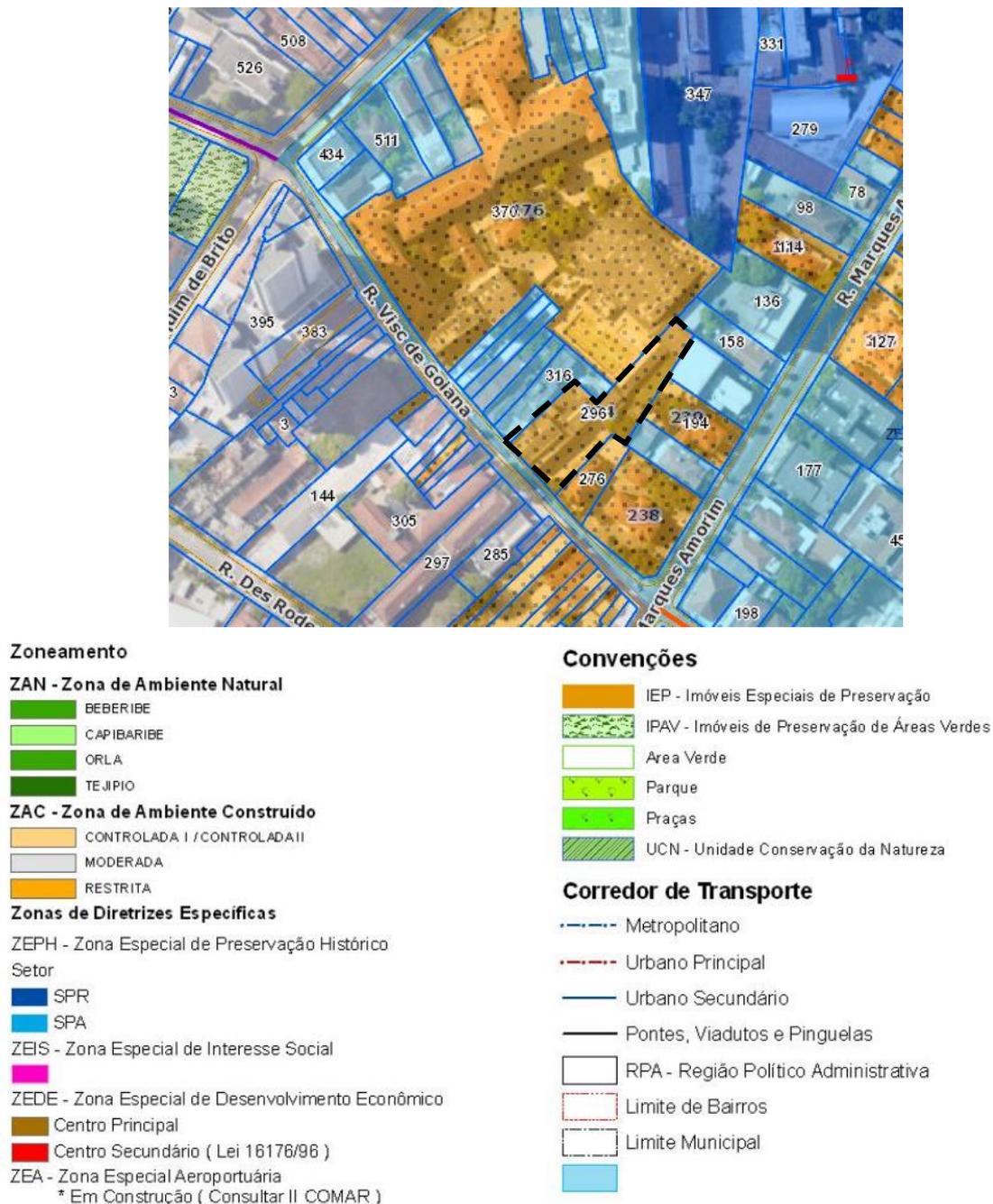
No Recife a preservação do patrimônio municipal distancia-se do modelo adotado pelas esferas estadual e federal, pois permite que o bem seja preservado e o seu entorno seja descaracterizado por edificações contrastantes. Tal conduta se baseia no fato de que o território urbano municipal já é bastante adensado e o engessamento de novas áreas irá ampliar os problemas que envolvem a ocupação do solo urbano. Desta forma, a prefeitura do Recife não possui o instrumento legal do tombamento, mas sim o estabelecimento de Imóveis Especiais de Preservação (IEP), de número 16.284/1997 (RECIFE,1997), que permite que ocorram modificações no próprio terreno e nas estruturas internas dos imóveis, visando uma adaptação satisfatória aos novos usos (SIQUEIRA, 2017). O órgão municipal responsável pela regulamentação do patrimônio da cidade é a Diretoria de Preservação do Patrimônio Cultural (DPPC), subordinada à Secretaria do Planejamento.

O Plano Diretor do Recife estabelece as zonas especiais, que são “áreas urbanas que exigem tratamento especial na definição de parâmetros urbanísticos e diretrizes específicas” (RECIFE, 2008, art.103). Nestas áreas estão as Zonas Especiais de Preservação ao Patrimônio Histórico-Cultural (ZEPH), que são definidas como “áreas formadas por sítios, ruínas, conjuntos ou edifícios isolados de expressão artística, cultural, histórica, arqueológica ou paisagística, considerados representativos da memória arquitetônica, paisagística e urbanística da cidade.” (RECIFE, 2008, art.114), conseqüentemente são definidos parâmetros como uso do solo, gabarito, recuos e materiais distintos para estas áreas delimitadas. Atendendo ao Plano Diretor, a Lei de Uso e Ocupação do Solo (LUOS) corrente, nº 16.176

(RECIFE,1996), criada em 1996, estabeleceu parâmetros construtivos específicos para as Zonas Especiais de Preservação do Patrimônio Histórico (ZEPH) existentes que se subdividem em Setor de Preservação Rigorosa e Setor de Preservação Ambiental.

Diante do exposto, o bairro da Boa Vista é regulamentado pela Lei nº 18.046/2014 (RECIFE, 2014), como a ZEPH 08, a mesma lei institui o imóvel nº 296, da Rua Visconde de Goiana como um Imóvel Especial de Preservação (Figura 55).

Figura 55 – Zoneamento do trecho do bairro da Boa Vista



Fonte: ESIG. Disponível em: <https://esigportal.recife.pe.gov.br/>. Acesso em: 27 set. 2019.

A LUOS, que foi determinada pelo Plano diretor como sendo o instrumento a ser utilizado como parâmetro para intervenções no meio urbano da cidade, classifica a área onde o imóvel objeto deste trabalho se encontra como um Setor de Preservação Ambiental 01 (SPA-01), inserido na Zona Especial de Preservação Histórica 08 (ZEPH-08). Desta forma, novos empreendimentos nesta área deverão seguir os parâmetros urbanísticos definidos para tal zona. Entretanto, como o referido imóvel é um IEP, todos os parâmetros devem ser definidos por meio de uma Consulta Prévia a ser realizada na DPPC.

7.3. Programa de necessidades e Fluxograma

Esta versão do programa de necessidades foi delimitada a partir do que foi identificado nos programas dos estudos de caso e em seus conceitos. Foi pensado primeiramente em buscar atender às necessidades das estudantes, prezando o espaço externo para integração e, sempre que possível área pensada para a prática de atividades físicas e o lazer. Dessa forma pode-se concluir que, analisando os espaços em comum obtivemos um programa básico composto de:

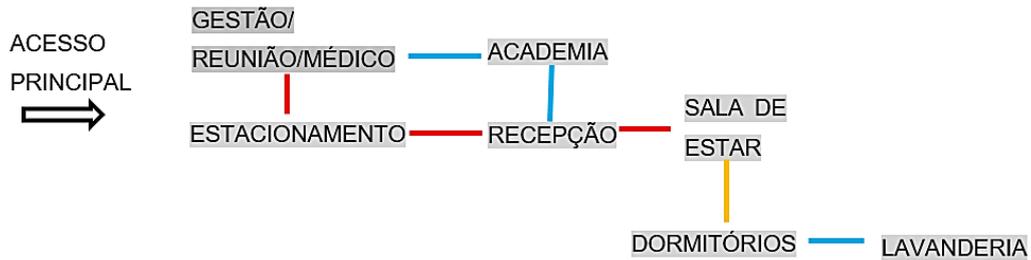
PROGRAMA	SETOR				
	RESIDENCIAL	COLETIVO	LAZER	SERVIÇOS	ESTUDO
	<ul style="list-style-type: none"> • Dormitórios • Sanitários 	<ul style="list-style-type: none"> • Cozinha • Lavanderia (DML e área para secagem de roupas) • Sala de estar • Sala de jantar • Sanitários visitantes 	<ul style="list-style-type: none"> • Salão de eventos • Academia • Espaço aberto 	<ul style="list-style-type: none"> • ADM (salas de reunião e gestão); • Consultório médico • Consultório psicológico • Estacionamento 	<ul style="list-style-type: none"> • Sala de estudo • Biblioteca • Sanitários

Os fluxos da nova moradia estudantil (Figura 56) foram pensados com base no próprio traçado do terreno, no qual o casarão se encontra alinhado ao paramento e ao imóvel na lateral direita, mas com grandes recuos na lateral esquerda e nos fundos. Da entrada do lote segue o acesso direto ao estacionamento e a área administrativa, onde ficam aglomerados os setores de gestão, atendimento médico, reunião e estudos, visto que são áreas onde o fluxo de pessoas que não fazem parte da moradia estudantil será maior. Interligado tanto à área administrativa quanto à área residencial, estão os ambientes de estar, refeição e lazer, que são áreas geradoras de barulho,

portanto não é ideal se localizarem próximas de áreas que necessitem de silêncio ou concentração. Já na última ala, reservada na parte posterior do terreno, estão os dormitórios e lavanderias, áreas que devem ser usadas apenas pelas moradoras.

Figura 56 - Fluxograma moradia estudantil feminina

Fluxograma térreo



Fluxograma primeiro pavimento



Fluxograma segundo pavimento



Legenda:

- Fluxo baixo
- Fluxo médio
- Fluxo alto

Fonte: Autora (2019).

7.4. Memorial Justificativo

A proposta projetual para uma moradia estudantil feminina na cidade do Recife/PE, será realizada no bairro da Boa Vista, na Rua Visconde de Goiana, nº 296, área onde atualmente o edifício existente é um IEP e encontra-se abandonado (Figura 57). Sua vizinhança é basicamente residencial, mas com usos comerciais e de serviços nas quadras vizinhas, área a qual é bastante valorizada.

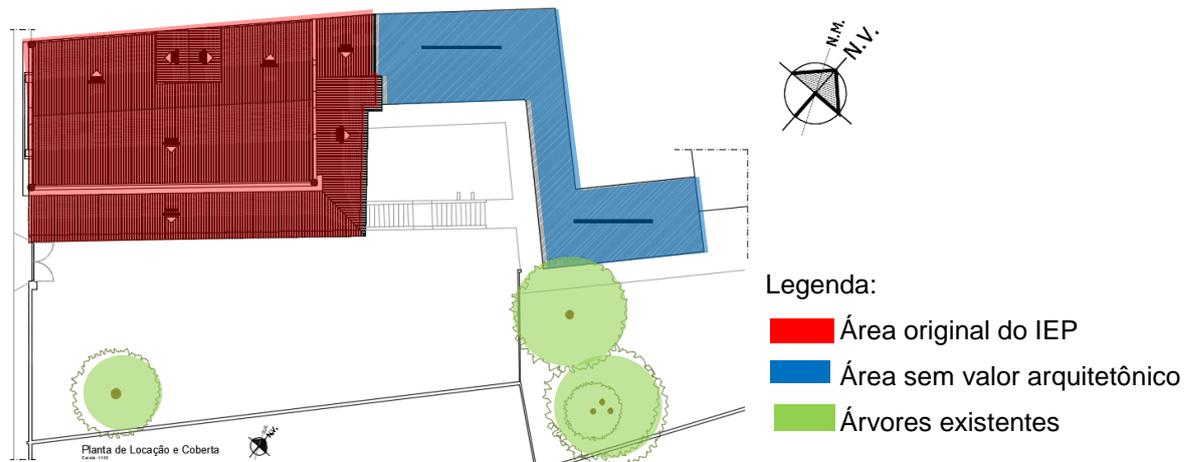
Figura 57 - Fachada IEP 296



Fonte: Autora (2019)

O terreno mede 1.481,37m² e o sobrado possui 599,24 m² de área construída. Há ainda um anexo nos fundos, mas trata-se de uma edificação de décadas recentes, sem qualquer tipo de diálogo com o IEP e encontra-se inteiramente arruinado. Por estas razões, este anexo não foi reaproveitado no presente trabalho (Figura 58). O terreno possui forma geométrica irregular e com grandes esconsidades.

Figura 58 - Planta de Locação e coberta construções atuais do lote 296



Fonte: Lopes & Valadares (2018). Editado pela autora.

Para a proposta de requalificação do imóvel para uma moradia estudantil feminina, optou-se por não utilizar todo o potencial construtivo permitido pela legislação para que o IEP não perdesse seu protagonismo na paisagem e também porque o programa de necessidades proposto não demanda área maior do que a estabelecida neste trabalho.

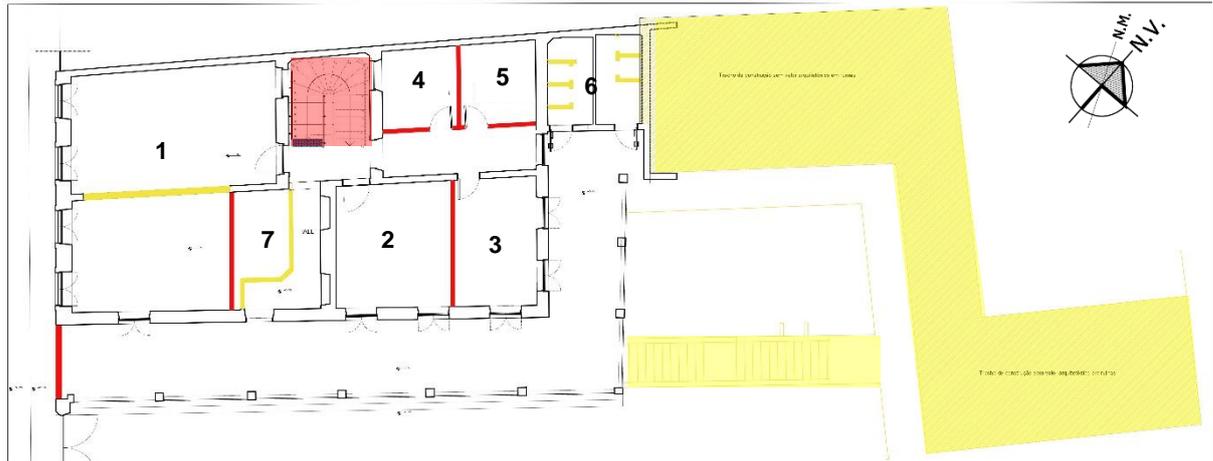
Para o IEP, foi pensado em torná-lo responsável pelas áreas administrativas e de estudos, devido à sua locação ser na entrada do terreno, ficando mais propício para o acesso de pessoas que não sejam moradoras da instituição. O IEP não possui fachada lateral direita devido à geminação com o lote vizinho, mas suas fachadas lateral esquerda e posterior foram bastante descaracterizadas pela inserção de um alpendre. Contudo, como não há elementos que justifiquem a reconstituição da composição estilística destas fachadas, e também como há demanda por espaço, tal alpendre foi mantido no presente projeto, mas com algumas melhorias visuais.

A fachada frontal ostenta um exemplar típico do estilo eclético, com grau de integridade bastante satisfatório. Faz-se necessária a elaboração de um projeto de restauro, o qual não é objeto do presente trabalho, para que os danos e as patologias existentes sejam eliminados. Todavia, está sendo apresentada uma proposta de repintura desta fachada, com cores terrosas, em um degradê que varia de branco para os elementos decorativos, amarelo claro para as paredes, amarelo escuro para as cercaduras e fustes das colunas e madeira natural para as esquadrias.

No térreo duas paredes deixaram de existir, para viabilizar a construção de um auditório e para uma melhor circulação no hall de entrada. Além disso, um dos

ambientes foi dividido para dispor acomodações para consultórios e salas administrativas. O antigo local do jardim de inverno deu lugar a uma escada de acesso ao primeiro andar, pois seu acesso atualmente se dá através de escada externa, descaracterizante, que será removida (Figura 59 e Apêndice B).

Figura 59 - Construir e demolir pavimento térreo



Fonte: Autora (2019).

Legenda:

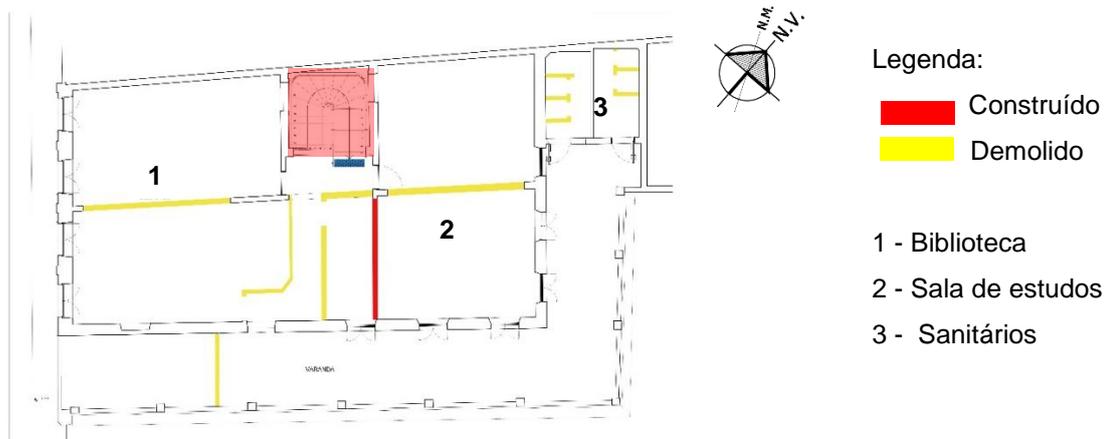
- Construído
- Demolido

- 1 - Auditório
- 2 - Reunião
- 3 - Consultório médico

- 4 - Administração
- 5 - Consultório odontológico
- 6 - Sanitários
- 7 - Hall

No primeiro pavimento dois ambientes foram abertos para que pudessem transformar-se em uma biblioteca e outros dois também se integraram em uma sala de estudos (Figura 60 e Apêndice C). Os sanitários já existentes nos fundos da edificação, em ambos os pavimentos, continuam com suas funções originais, mas requalificados (Figuras 59 e 60). Na cobertura foram trocadas todas as telhas atuais, de fibrocimento, por telhas de cerâmica do modelo colonial no IEP e telhas sanduíche para os outros blocos (Apêndice A).

Figura 60 - Construir e demolir primeiro pavimento



Fonte: Autora (2019).

Para atender ao programa de necessidades estipulado, foi necessário propor a construção de um anexo, dialogando com o IEP por meio do respeito ao seu gabarito e pela implantação nos fundos do terreno, valorizando seu protagonismo na paisagem local. Entre o IEP e o bloco dos dormitórios, foi proposta uma área de transição, onde se encontra o refeitório, a academia e a área de lazer externa.

Esteticamente, o bloco novo se contrapõe discretamente ao IEP, mas de modo discreto, visto que se optou por uma linguagem minimalista, sem adornos ou elementos funcionalmente desnecessários (Figuras 61 e 62).

Por último, o edifício que irá abrigar os dormitórios, foi pensado para receber as estudantes da forma mais confortável possível, mantendo sua privacidade e promovendo a integração entre elas. Os quartos situam-se ao longo de um corredor, onde, ao final deste se localiza a lavanderia e no início a sala de convivência. Cada quarto possui capacidade para receber duas pessoas, com exceção do quarto acessível que recebe apenas uma. Os sanitários privativos foram locados para bloquear a incidência de sol vinda do oeste e noroeste, privilegiando os quartos com aberturas das janelas para o nordeste (Apêndices B, C e D).

O volume foi idealizado a partir de elementos simples, com traçado linear revestido com concreto aparente e janelas com esquadrias pretas intercaladas, buscando romper a monotonia da sua fachada através de um ritmo alternante. Além disso, a edificação procura manter a simetria, respeitando o gabarito de altura, mantendo-se no limite da edificação existente, para que não haja discrepância com o entorno (Apêndices E e F).

Figura 61 - Fachada da proposta em relação ao entorno



Fonte: Autora (2019).

Figura 62 - Fachada da edificação



Fonte: Autora (2019).

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação é um direito garantido pela Constituição brasileira, onde a assistência estudantil é parte fundamental para manutenção desse direito, a qual é garantida pelo Plano Nacional de Educação (PNE) e pelo Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Partindo da ideia de que o local de moradia é o principal indicador social de sobrevivência para as Instituições de Ensino Superior (IES) e que segundo dados divulgados pelo anuário estatístico de Pernambuco, o número de mulheres matriculadas em graduações no município do Recife é superior ao de homens, fez-se necessário comparar o número de vagas em moradias estudantis disponíveis nesta cidade, visto que é um polo educacional. Através das restritas opções existentes, foi possível concluir, que as vagas oferecidas para ambos os sexos são inversamente proporcionais, se comparada com a demanda.

Em busca de soluções alternativas de moradias, os bairros centrais acabam se tornando atrativos para esse público, que procura por lugares que tenham facilidade de acesso aos centros educacionais e aos serviços. Os bairros centrais e históricos do Recife abrangem uma gama elevada de universidades, autarquias públicas e comércios, o que acabou transformando-os em redutos para estudantes, que enxergam na desvalorização desses bairros uma chance de habitabilidade. Por mais que, em muitos casos, os aluguéis cobrados não sejam condizentes com o que é ofertado, levando à afirmação da hipótese inicial deste trabalho, verificando a insuficiência e más condições de moradia para estas estudantes na cidade em questão.

Deste modo, atrelando à crescente desvalorização dos centros históricos de cidades como o Recife, a questão que parece se colocar é de como o patrimônio pode ser preservado sob a pressão das demandas sociais contemporâneas.

Em cidades como Ouro Preto, Minas Gerais, o centro histórico foi maciçamente ocupado por estudantes, onde seus casarões ganharam novas funções ao se transformarem em moradias estudantis tanto particulares quanto associadas a Universidade Federal, desde 1987, quando da migração para a nova capital do estado, Belo Horizonte, inúmeros imóveis ficaram abandonados, os quais foram cedidos ou ocupados pelos estudantes. Outro exemplo veio através da cidade de Lisboa, que garantiu à antiga fábrica de vidros que se encontrava em ruínas, um novo espaço de acolhimento para estudantes que vem de todas as partes do mundo.

Nestas cidades já existe uma correlação mais ampla dessas políticas públicas com esta função social do patrimônio, contribuindo para a melhoria geral de qualidade de vida e identidade de seu povo, exemplificando a segunda parte da hipótese inicial, que demonstra como pode ser atrelado novos usos aos imóveis tombados, garantindo sua função social.

No caso das heranças arquitetônicas, estas precisam ser adaptadas, para que possam continuar a servir ao homem nos tempos atuais, correspondendo a um desenvolvimento sustentável do patrimônio, que respeita o contexto físico em que está inserido e promove ações de impacto social sobre a cidade, pois neste caso, não está em questão apenas a importância do patrimônio edificado, mas sim do seu retorno à sociedade, por meio da função social do imóvel, do direito à cidade e à educação, dando oportunidades para grupos não dominantes, considerando um país como o Brasil, com uma grande dívida social.

A instalação de uma moradia estudantil está não somente ligada à assistência estudantil, mas também a um atrativo para novas atividades e investimentos nas áreas em que se localizam, valorizando o entorno, reestruturando suas áreas urbanas degradadas, fazendo uma modernização dos valores, significados e ações. Atrelada ao patrimônio, pode conseguir um ressignificado para seu uso, além de contribuir para sua manutenção e preservação.

Este trabalho não esgota o tema das condições de moradia dos estudantes do Recife, mas poderá contribuir para o desenvolvimento de outros trabalhos que analisem com maior profundidade, ou outro foco, em que situação encontram-se as casas estudantis da referida cidade ou de outras regiões, procurando apontar a realidade vivida por estas jovens, como também, poderá contribuir para futuros planos de intervenção em bens patrimoniais com usos diferenciados. Portanto, pretende-se que este trabalho possa alertar sobre a qualidade de moradia das estudantes que vem morar em Recife, assim como servir de inspiração para projetos de requalificação em imóveis protegidos por lei e em desuso.

REFERÊNCIAS

ARCHDAILY. **Doorm Residência de Estudantes / Luís Rebelo de Andrade**. 2016. Disponível em: <http://www.archdaily.com.br/br/792489/doorm-residencia-de-estudantes-luis-rebelo-de-andrade>. Acesso em: 10 set. 2019.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. Rio de Janeiro, 2015.

BARRETO, Dalton. **Moradias estudantis das universidades federais do sul do Brasil: Reflexões sobre as políticas de gestão universitária**. SC, 2014. 167 p. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina.

BERNARDINO, I. L. **A postura empreendedora do poder público municipal na revitalização centro histórico do Recife**. Seminário Urbicentros - Morte e vida dos centros urbanos. João Pessoa: [s.n.]. 2010.

BERNARDINO, Iana Ludermir. **Para morar no centro histórico: condições de habitabilidade no Sítio Histórico da Boa Vista no Recife**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Urbano. PE, 2011.

BRANDLI, Luciana Londero; HEINECK, Luiz Fernando. **A iniciação no mercado habitacional de estudantes universitários e a escolha da habitação**. In: XXIII ENCONTRO NAC. DE ENG. DE PRODUÇÃO - Ouro Preto, MG, Brasil, ENEGEP, 2003. p. 1-8.

BRASIL. Constituição (1946). **Constituição dos Estados Unidos do Brasil: promulgada em 18 de setembro de 1946**. Organização do texto: Fernando de Mello Vianna. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao46. Acesso em: 15 mar. 2019.

BRASIL. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. **Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 19 jul. 2010 a. 154 Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm. Acesso em: 28 ago. 2018.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Coleção de leis da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 18 mar. 2019.

BRASIL. Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 20 dez. 1996c., Brasília, DF, 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 28 ago. 2018.

BRASIL. Lei nº 10.172 de janeiro de 2001. **Plano Nacional da Educação**. Aprovado em 10/01/2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm. Acesso em: 10 mar. 2019.

BRASIL. Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. **Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 24 abr. 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm. Acesso em: 10 mar. 2019.

BRASIL. **Plano nacional de assistência estudantil 2010. Ministério da Educação** Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=607&id=12302&option=com_content. Acesso em: 18 mar. 2019.

CAMPETTI, Isadora Pianezzola. **Moradia Estudantil no centro de Passo Fundo**. Trabalho Final de Graduação para obtenção do bacharelado em Arquitetura e Urbanismo pela IMED. RS, 2017.

CASA DO ESTUDANTE DE PERNAMBUCO. **Casa do estudante de Pernambuco**. 2013. Disponível em: <http://www.cepos.org.br/institucional/historia/> . Acesso em: 28 ago. 2018

COSTA, Gerson Carlos de Oliveira; OLIVEIRA, Pedro de. **Moradias Estudantis: Uma política pública na consolidação do Direito à Cidade**. In: A PRODUÇÃO DA CIDADE E A CAPTURA DO PÚBLICO: QUE PERSPECTIVAS? – Salvador, BH, urbBA, 2011. p. 1-12.

FERRO, Paula Carolina. **Moradia Estudantil da UNESP – Campus de São José do Rio Preto**. Trabalho Final de Graduação para obtenção do bacharelado em Arquitetura e Urbanismo pela UNESP. SP, 2011- p. 102.

FONAPRACE - **Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis**. 1996. Disponível em: <http://fonaprace.andifes.org.br>. Acesso em: 04 set. 2018.

FORTUNA, Carlos. **Destradicionalização e imagem da cidade: o caso de Évora**. In: FORTUNA, Carlos (Org.). *Cidade, cultura e globalização: ensaios de sociologia*. Oeiras: Celta, 1997. p. 231-257.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Universidade Federal de Ouro Preto: Plano de Estruturação e Implantação: diagnóstico**. Belo Horizonte, 1976. 2 v.

GARRIDO, Edleusa; MERCURI, Elizabeth. **A moradia estudantil universitária como tema na produção científica nacional**. In: REVISTA SEMESTRAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA ESCOLAR E EDUCACIONAL, SP. Volume 17, Número 1, Janeiro/Junho de 2013: p. 87-95.

HOFF, D. N.; SAN MARTIN, A. S.; SOPEÑA, M. B. **Universidades e desenvolvimento regional: impactos quantitativos da Unipampa em Sant’Ana do Livramento**. REDES, Santa Cruz do Sul, v. 16, n. 3, p. 157 – 183, set/dez 2011

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA - INEP. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2016**. Brasília: Inep, 2017. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>. Acesso em: 10 set. 2018.

IPHAN. **Manual de Elaboração de Projetos**. Brasília: [s.n.], 2005.

IPHAN. **Portaria nº 420**. [S.l.]: [s.n.], 2010.

KOWALSKI, Aline Viero. **Os (des)caminhos da política de assistência estudantil e o desafio na garantia de direitos**. Tese de doutorado em Serviço Social. Porto Alegre, 2012.

LEITE, Rogerio Proença. **Contra-usos da cidade: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea**. Campinas: Ed. Unicamp; Aracaju: Edufs, 2007.

LEMOS, C. A. C. **O que é patrimônio histórico**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

LIMA, C. P. **A arte da participação e a participação pela arte: uma experiência nas casas de estudantes universitárias da UFPE**. In: Serviço Social em Revista, 2002. Disponível em: http://www.ssrevista.uel.br/c_v5n1_carla.htm. Acesso em: 20 set. 2018.

MACEDO, Michelle Luiza Torres. **Bairro da Boa Vista, importante registro das transformações da cidade do Recife**. In: Vitruvius: Minha Cidade, 2009. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/10.113/1823>. Acesso em: 10 abr. 2019.

MACHADO, Otávio Luiz. **As Repúblicas Estudantis da Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil**. Revista Crítica de Ciências Sociais, 66 | 2003, p. 197-199. Disponível em: <https://journals.openedition.org/rccs/1174?lang=fr#text>. Acesso em: 23 nov. 2018.

MACHADO, Otavio Luiz. **República Aquarius: a maior república estudantil das Américas**. Frutal, MG. Editora Prospectiva. 2013.

MACHADO, Otávio Luiz. **Repúblicas Estudantis de Ouro Preto e Mariana: Percursos e Perspectivas (Edição Especial)** – Frutal, MG. Editora Prospectiva; 2014.

MARANHÃO, Fábica Castro de Albuquerque. **Política pública de assistência estudantil: um estudo da satisfação dos universitários residentes na moradia estudantil da UFRPE**. Recife - PE – 2016.

MELO, M. J. L. V. **Conservadorismo X Radicalismo: Uma investigação sobre intervenções em edifícios históricos no Recife**. Trabalho Final de Graduação para obtenção do bacharelado em Arquitetura e Urbanismo pela FADIC. Recife, PE, 2018.

PERNAMBUCO. Lei nº 15.533 de 23 de jun. de 2015. **Plano Estadual de Educação, Pernambuco**. Disponível em: <http://www.educacao.pe.gov.br/portal/upload/galeria/pdf>. Acesso em: 18 de mar. de 2019.

RECIFE. Lei nº 16.176 de 09 de abr. 1996. Lei de Uso e ocupação do solo da cidade do Recife. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/plano-de-zoneamento-uso-e-ocupacao-do-solo-recife-pe>. Acesso em 25 out. 2019.

RECIFE. Lei nº 16.284 de 22 de jan. de 1997. **Define os imóveis especiais de preservação - IEP, situados no município do Recife, estabelece as condições de preservação, assegura compensações e estímulos e dá outras providências**. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/pe/r/recife/lei-ordinaria/1997/1628/16284/lei-ordinaria-n-16284-1997-define-os-imoveis-especiais-de-preservacao-iep-situados-no-municipio-do-recife>. Acesso em: 27 de out. de 2019.

RECIFE. Lei nº 17.511 de 29 de dez. de 2008. **Plano diretor do município do Recife**. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/plano-diretor-recife-pe>. Acesso em: 25 out. 2019.

RECIFE. Lei nº 18.046 de 25 de julho de 2014. **Regulamenta a zona especial de preservação do patrimônio histórico e cultural - ZEPH 08**. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pe/r/recife/lei-ordinaria/2014/1804/18046/lei-ordinaria-n-18046-2014>. Acesso em 27 de out. de 2019.

RECIFE. Lei nº 18.147 de 23 de jun. de 2015. **Plano Municipal de Educação, Recife, Pernambuco**. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pe/r/recife/lei-ordinaria/2015/1814/18147/lei-ordinaria-n-18147-2015-aprova-o-plano-municipal-de-educacao>. Acesso em: 15 mar. 2019.

REGIS, Caren Victorino. **A presença feminina na casa do estudante do Brasil (1931-1951): A atuação da união universitária feminina**. Dissertação de pós-graduação – UFRJ, Rio de Janeiro – RJ, 2012.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: Técnica e tempo. Razão e emoção**. 4ª ed. São Paulo: Edusp, 2008.

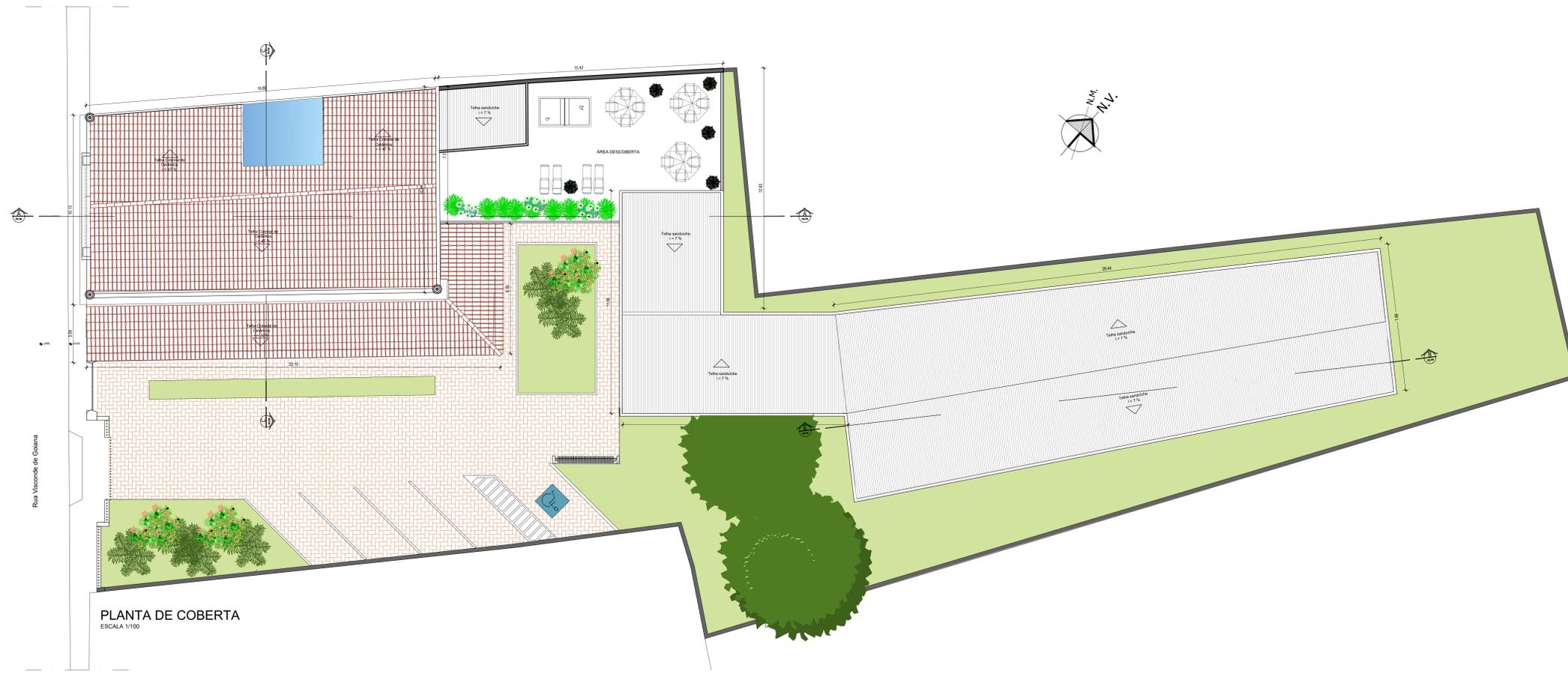
SAYEGH, Liliane. **Dinâmica urbana em Ouro Preto: conflitos decorrentes de sua patrimonialização e de sua consolidação como cidade universitária**. 240 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

SCHNEIDER, L. **Educação e desenvolvimento: um estudo do impacto econômico da universidade federal no município de Santa Maria (RS)**. UNIFRA: Santa Maria, 2002.

SENCE - SECRETARIA NACIONAL DE CASAS DE ESTUDANTE. **Cartilha de apresentação do Movimento de Casas de Estudantes**. 2011. Disponível em: <http://sencebrasil.blogspot.com.br/p/sobresence.html>. Acesso em: 11. set. 2018.

SOUSA, Livia Mesquita de. **Significados e sentidos das casas estudantis: um estudo com jovens universitários**. 2005. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós graduação *Stricto Sensu* em Psicologia da Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2005.

SOUZA, Eder C. Malta. **Imagens e identidade cultural de Ouro Preto: repúblicas estudantis e patrimônio**. *In*: Antropologia e Patrimônio Cultural: trajetórias e conceitos. Brasília: Associação Brasileira de Antropologia, 2012.p. 185-218.



APÊNDICE A

DUC IN ALTUM
FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ

ALUNA: RAYANNE SILVEIRA DE ARAÚJO

Projeto de requalificação do IEP 296, na Rua Visconde de Goiana, bairro da Boa Vista, Recife/PE para a implantação de uma moradia estudantil feminina .

PLANTA - PLANTA DE COBERTA

QUADRO DE ÁREAS:	
ÁREA TOTAL DO TERRENO:	1.482,00 m ²
TÉRREO	716,55 m ²
PRIMEIRO PAV.	716,55 m ²
SEGUNDO PAV.	463,05 m ²
ÁREA VERDE	441,50 m ²
ÁREA DE COBERTA	668,30 m ²

ESCALA - 1/100 PRANCHA - 01 / 06

DATA - 29/11/2019



APÊNDICE B

DUC IN ALTUM
FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ

ALUNA: RAYANNE SILVEIRA DE ARAÚJO

Projeto de requalificação do IEP 296, na Rua Visconde de Goiana, bairro da Boa Vista, Recife/PE para a implantação de uma moradia estudantil feminina .

PLANTA - PLANTA BAIXA TÉRREO

QUADRO DE ÁREAS:	
ÁREA TOTAL DO TERRENO:	1.482,00 m ²
TÉRREO	716,55 m ²
PRIMEIRO PAV.	716,55 m ²
SEGUNDO PAV.	463,05 m ²
ÁREA VERDE	441,50 m ²
ÁREA DE COBERTA	668,30 m ²

ESCALA - 1/100 PRANCHA - 02 / 06

DATA - 29/11/2019



PLANTA BAIXA - PAVIMENTO 1
ESCALA 1/100

APÊNDICE C

DUC IN ALTUM
FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ
 ALUNA: RAYANNE SILVEIRA DE ARAÚJO

Projeto de requalificação do IEP 296, na Rua Visconde de Goiana, bairro da Boa Vista, Recife/PE para a implantação de uma moradia estudantil feminina .

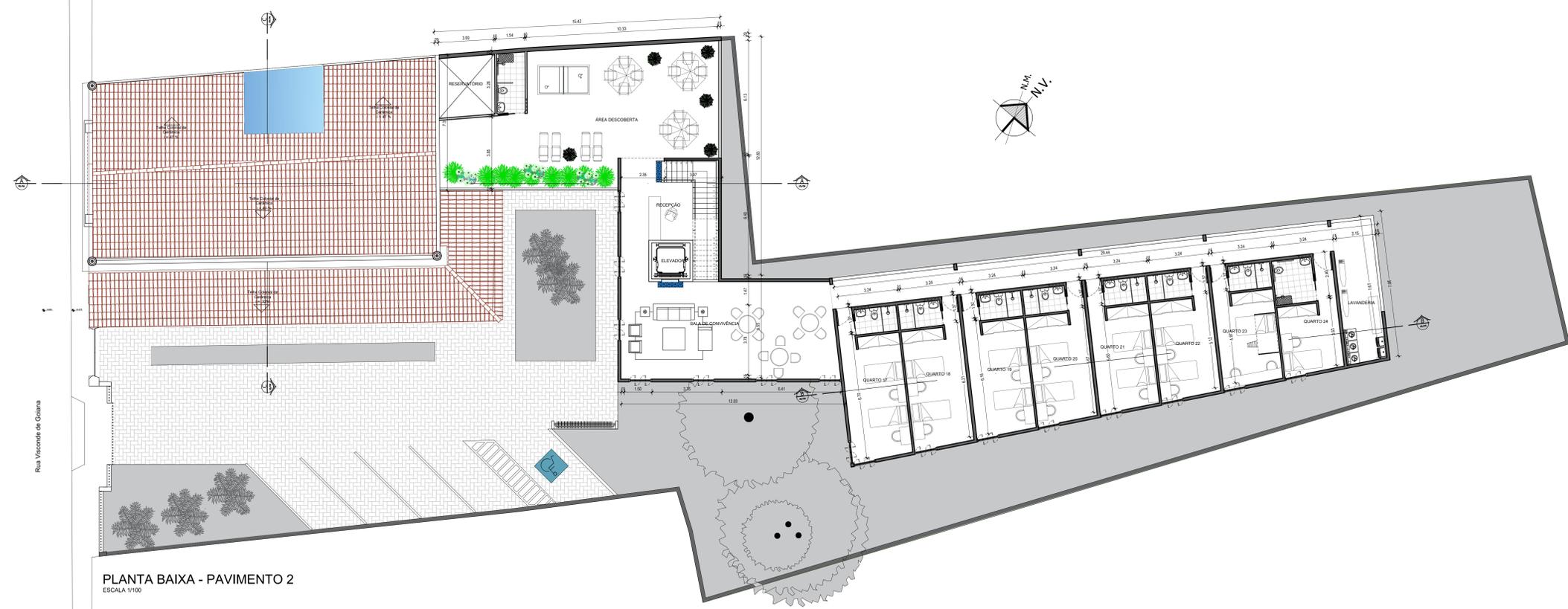
PLANTA - PLANTA BAIXA PRIMEIRO PAVIMENTO

QUADRO DE ÁREAS:	
ÁREA TOTAL DO TERRENO:	1.482,00 m ²
TÉRREO	716,55 m ²
PRIMEIRO PAV.	716,55 m ²
SEGUNDO PAV.	463,05 m ²
ÁREA VERDE	441,50 m ²
ÁREA DE COBERTA	668,30 m ²

ESCALA - 1/100	PRANCHA - 03 / 06
DATA - 29/11/2019	

PRODUCED BY AN AUTODESK STUDENT VERSION

PRODUCED BY AN AUTODESK STUDENT VERSION



PLANTA BAIXA - PAVIMENTO 2
ESCALA 1/100

APÊNDICE D

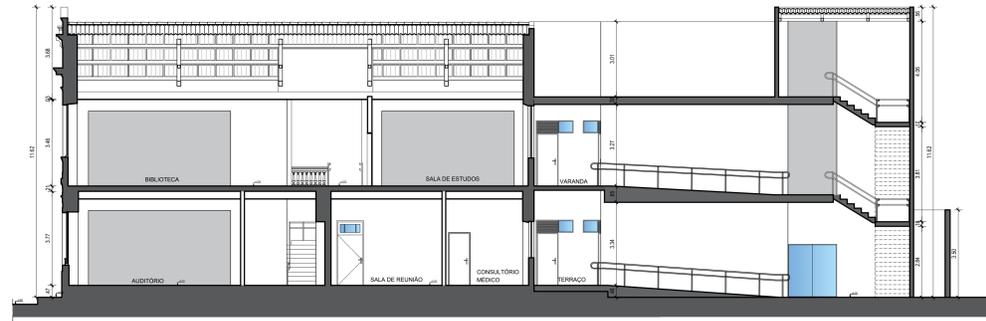
DUC IN ALTUM
FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ
 ALUNA: RAYANNE SILVEIRA DE ARAÚJO

Projeto de requalificação do IEP 296, na Rua Visconde de Goiana, bairro da Boa Vista, Recife/PE para a implantação de uma moradia estudantil feminina .

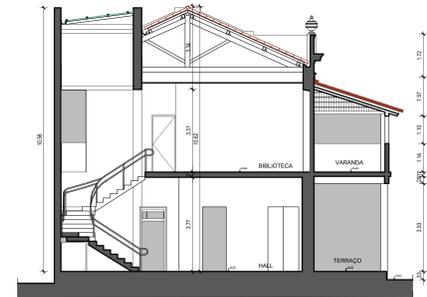
PLANTA - PLANTA BAIXA SEGUNDO PAVIMENTO

QUADRO DE ÁREAS:	
ÁREA TOTAL DO TERRENO:	1.482,00 m ²
TÉRREO	716,55 m ²
PRIMEIRO PAV.	716,55 m ²
SEGUNDO PAV.	463,05 m ²
ÁREA VERDE	441,50 m ²
ÁREA DE COBERTA	668,30 m ²

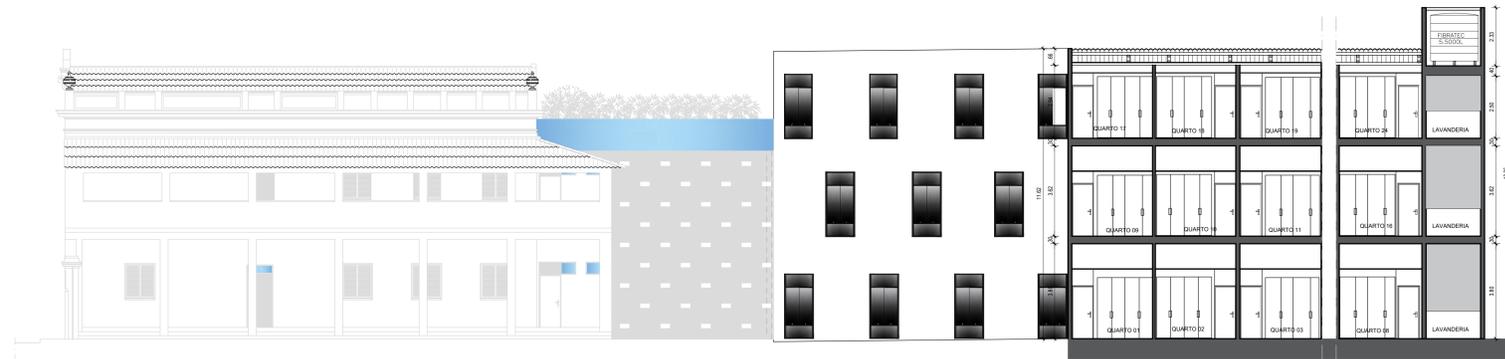
ESCALA - 1/100	PRANCHA - 04 / 06
DATA - 29/11/2019	



CORTE AA'
ESCALA 1/100



CORTE CC'
ESCALA 1/100



CORTE BB'
ESCALA 1/100

APÊNDICE E



FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ

ALUNA: RAYANNE SILVEIRA DE ARAÚJO

Projeto de requalificação do IEP 296, na Rua Visconde de Goiana, bairro da Boa Vista, Recife/PE para a implantação de uma moradia estudantil feminina.

PLANTA - CORTES

QUADRO DE ÁREAS:	
ÁREA TOTAL DO TERRENO:	1.482,00 m ²
TÉRREO	716,55 m ²
PRIMEIRO PAV.	716,55 m ²
SEGUNDO PAV.	463,05 m ²
ÁREA VERDE	441,50 m ²
ÁREA DE COBERTA	668,30 m ²

ESCALA - 1/100

FRANCHA - 05 / 06

DATA - 29/11/2019

APÊNDICE F



FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ

ALUNA: RAYANNE SILVEIRA DE ARAÚJO

Projeto de requalificação do IEP 296, na Rua Visconde de Goiana, bairro da Boa Vista, Recife/PE para a implantação de uma moradia estudantil feminina.

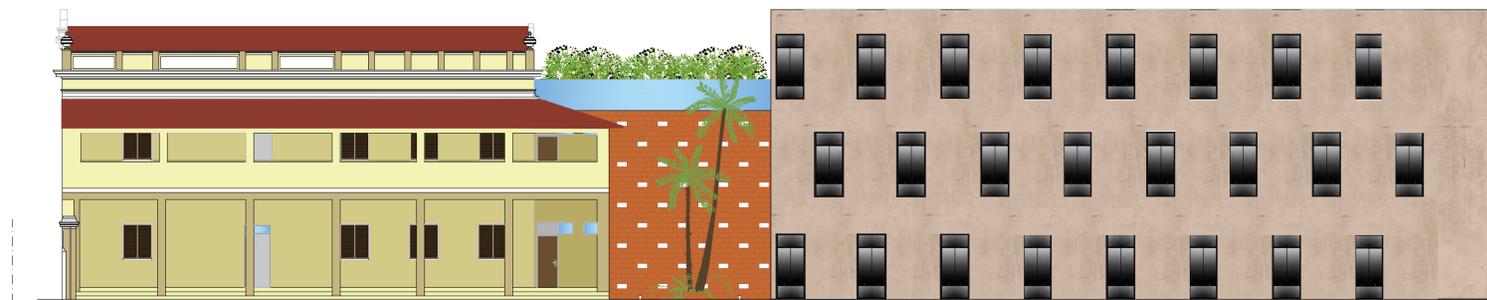
PLANTA - FACHADAS

QUADRO DE ÁREAS:	
ÁREA TOTAL DO TERRENO:	1.482,00 m ²
TÉRREO	716,55 m ²
PRIMEIRO PAV.	716,55 m ²
SEGUNDO PAV.	463,05 m ²
ÁREA VERDE	441,50 m ²
ÁREA DE COBERTA	668,30 m ²

ESCALA - 1/100

FRANCHA - 06 / 06

DATA - 29/11/2019



FACHADA LATERAL ESQUERDA
ESCALA 1/100



FACHADA FRONTAL
ESCALA 1/100